



PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

POLÍTICA EXTERNA PRONUNCIAMENTOS

VOLUME I

De janeiro a junho de 1995



**BRASÍLIA
1995**

**POLÍTICA EXTERNA
PRONUNCIAMENTOS**

PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

POLÍTICA EXTERNA PRONUNCIAMENTOS

**VOLUME I
De janeiro a junho de 1995**

**BRASÍLIA
1995**

Cardoso, Fernando Henrique, 1931—

Política externa : pronunciamentos : de janeiro a junho de 1995.— Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

184 p. (Política externa, v. 1).

1. Política externa— Brasil. 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931—, Discurso. I. Brasil, Presidente, 1995— (F.H. Cardoso). II. Título.

327.81

SUMÁRIO

Apresentação	9
I Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido ao Senhor Primeiro-Ministro do Canadá, Jean Chrétien. Brasília, 27 de janeiro de 1995.	11
II Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido ao Senhor Presidente da Polônia, Lech Walesa e Senhora. Brasília, 20 de fevereiro de 1995.	19
III Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão Solene do Congresso Nacional Chileno. Valparaíso, 2 de março de 1995.	27
IV Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de condecoração e do jantar que lhe foi oferecido pelo Senhor Presidente da República do Chile, Eduardo Frei Ruiz-Tagle. Santiago, 2 de março de 1995.	37
V Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da homenagem que lhe prestou, na Prefeitura de	

	Santiago do Chile, o Alcaide Jaime Ravinet De La Fuente. Santiago, 3 de março de 1995.	47
VI	Discurso de Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido à Senhora Presidenta da Irlanda, Mary Robinson. Brasília, 29 de março de 1995.	53
VII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da Turquia, Suleyman Demirel. Brasília, 10 de abril de 1995.	61
VIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O Brasil que volta a ser a terra das oportunidades”, por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial. Nova York, 19 de abril de 1995.	69
IX	Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O Mundo do Após-Guerra Fria: Dilemas e Perspectivas”, no Council on Foreign Relations. Nova York, 19 de abril de 1995.	81
X	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “É tempo de uma nova parceria”, por ocasião da cerimônia de sua chegada à Casa Branca. Washington, 20 de abril de 1995.	95
XI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe foi oferecido pelo Senhor	

	Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Washington, 20 de abril de 1995.	101
XII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo Senhor Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Washington, 20 de abril de 1995.	107
XIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em sessão solene do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. Washington, 21 de abril de 1995.	113
XIV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O Brasil e os desafios atuais”, por ocasião de almoço no National Press Club. Washington, 21 de abril de 1995.	123
XV	Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O Desenvolvimento: o Mais Político dos Temas Econômicos”, no Center for Strategic and International Studies. Washington, 21 de abril de 1995.	131
XVI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de formatura da “Turma Tom Jobim”, do Instituto Rio Branco. Brasília, 28 de abril de 1995.	145
XVII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente do	

	Conselho de Ministros do Líbano, Rafic Hariri. Brasília, 12 de junho de 1995.	155
XVIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio María Sanguinetti. Brasília, 20 de junho de 1995.	163
XIX	Mensagem do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no transcurso do 50º aniversário da Carta da ONU. Brasília, 26 de junho de 1995.	171
XX	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da República Italiana, Oscar Luigi Scálfaro. Brasília, 26 de junho de 1995.	175

Apresentação

Esta publicação é a primeira de uma série que reunirá os pronunciamentos de política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O objetivo que se busca, além da divulgação dos textos dos pronunciamentos e do registro histórico dos mesmos, é também o de oferecer, aos diversos setores da sociedade mais diretamente interessados, um repertório de posições do Governo brasileiro em matéria de política externa, bem como, no caso de alguns textos, reflexões pessoais e o pensamento do Presidente da República sobre o cenário externo contemporâneo.

Este volume inclui os pronunciamentos feitos pelo Presidente Fernando Henrique, no Brasil e em suas viagens ao exterior, no primeiro semestre de 1995. Os textos estão dispostos em ordem cronológica.

I Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Herinque Cardoso, por ocasião do al-
moço oferecido ao Senhor Primeiro-Ministro
do Canadá, Jean Chrétien.
Brasília, 27 de janeiro de 1995.

Em nome do povo e do Governo brasileiros, quero dar as boas vindas a Vossa Excelência e à sua comitiva.

É um grande prazer para mim que seja Vossa Excelência, Chefe de Governo do Canadá, que distingue o meu Governo com a primeira visita oficial de um mandatário ao Brasil.

Fico feliz em verificar que o Governo Canadense associa a iniciativa privada a esta visita. Os Governos não se substituem às sociedades, e por maior que seja a vontade política, ela deve projetar e moldar interesses concretos dos agentes econômicos e da sociedade civil dos países que procuram, de forma franca e amiga, estreitar os seus vínculos.

O Brasil recebe Vossa Excelência e os membros de sua comitiva com a certeza de que temos boa parceria a oferecer.

O Brasil é hoje um país que se reencontra com seus grandes objetivos como nação: uma democracia consolidada, uma economia em processo de estabilização e um projeto viável de justiça social.

O êxito do programa de estabilização certamente mudou a percepção do Brasil entre seus parceiros econômicos. E essa mudança está ancorada na consciência crescente que têm os agentes econômicos, internos e externos, a respeito da solidez e do alcance de nossa estabilização.

O atual esforço diferencia-se dos anteriores porque, agora, existem as condições básicas para seu êxito, sem artificialismos que pudessem comprometer seu futuro.

Foi renegociada a dívida externa. Foi alcançado o equilíbrio nas contas públicas, respeitada a austeridade fiscal. Conduzimos um amplo processo de abertura comercial. As reservas de divisas estão em níveis adequados e nos dão espaço de manobra para enfrentar eventuais correções de rumo. Nosso parque industrial soube modernizar-se, respondendo aos desafios da competitividade internacional. Demos ímpeto ao programa de privatização e redimensionamento do Estado. A população brasileira passou a acreditar no valor de sua moeda.

E tudo isso se fez sem surpresas, dando ao Governo, às empresas e à sociedade o tempo necessário para adaptação às mudanças. Governo e sociedade atuaram em parceria e, juntos, em permanente diálogo democrático, estão empenhados em promover as reformas estruturais que assegurarão, no longo prazo, a consolidação da estabilidade, com crescimento econômico, geração de empregos e justiça social.

A democracia hoje é parte da realidade brasileira. Ela é a melhor garantia de que o Brasil retoma, com segurança, o caminho do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Senhor Primeiro-Ministro,

Em um mundo em que as confrontações ideológicas deixaram de dominar a agenda internacional, as nações podem concentrar-se naquilo que realmente importa: mais investimentos produtivos, mais comércio, bons empreendimentos conjuntos, mais empregos, cooperação para o desenvolvimento sustentável, proteção aos direitos humanos, progresso cultural e educacional e trabalho solidário pela paz mundial.

Reconheço que, nessas áreas, o progresso nem sempre é tão rápido quanto gostaríamos e a cooperação exige negociações complexas, em que o equilíbrio de interesses e os imperativos de equidade não aparecem automaticamente.

Conflitos regionais ainda permanecem e há muito que aperfeiçoar para que a comunidade internacional tenha mecanismos eficientes para encaminhá-los.

De qualquer forma, a agenda internacional aponta para um fato inegável: o cidadão deve ocupar o centro das preocupações dos governantes.

Tenho sempre insistido em que o Brasil não é um país pobre: é um país injusto. Minhas prioridades de governo visam todas a buscar corrigir as iniquidades históricas que marcaram a conformação deste País.

São cinco essas prioridades: emprego, educação, saúde, agricultura e segurança, escolhidas porque são pontos fundamentais para começarmos a saldar a imensa dívida social que temos para com o povo brasileiro.

Reforcei a área social do governo, atribuindo ao programa "Comunidade Solidária" a função de coordenar e executar o que será o início de uma transformação para melhor das condições de vida dos mais humildes.

Senhor Primeiro-Ministro,

Nação industrializada, exportadora de capitais, geradora de tecnologias avançadas e com peso importante no comércio mundial, o Canadá é um país de claro interesse para o Brasil.

Queremos que o Canadá tenha um papel no futuro de prosperidade, liberdade econômica e crescimento com justiça que estamos construindo no Brasil.

Dependerá de nós, chefes de Governo, lançar as bases de uma cooperação sólida e mutuamente proveitosa.

Desde o início do século, empreendedores canadenses trouxeram recursos financeiros e técnicos ao Brasil, contribuindo decisivamente para a implantação do sistema de geração e distribuição

de energia elétrica e, também, dos transportes urbanos em importantes cidades brasileiras.

Novos investimentos hoje se traduzem em expressiva participação do Canadá na indústria e na agricultura brasileiras, assim como no setor de serviços. Com a aceleração do programa de privatizações que tenciono promover, oportunidades surgirão para os investidores canadenses ampliarem sua presença no Brasil.

De sua parte, investidores brasileiros, atraídos pela pujança da economia canadense, vêm mais recentemente procurando explorar o potencial de novos negócios no Canadá.

Na comitiva de Vossa Excelência está o Ministro do Comércio Exterior, Roy MacLaren, com quem tive o prazer de conversar longamente, em sua acolhedora casa em Toronto, quando lá estive em 1993. O Ministro MacLaren inspirou a vinda de numeroso grupo de homens de negócios, que agora se dedicam ao estreitamento de relações com a América Latina e com o Brasil em particular. Com a comitiva empresarial que acompanha Vossa Excelência, dá-se continuidade a este processo. Não tenho dúvidas de que o Governo e os empresários canadenses levarão do Brasil a impressão de que voltamos a ser, como o Canadá, uma terra de oportunidade.

Essa parceria econômica encontra seu equivalente em nosso denso relacionamento político.

Reconhecemos e respeitamos o papel de construtivo equilíbrio tradicionalmente desempenhado pelo Canadá nos foros internacionais. O Canadá tem perfil próprio de atuação e capacidade de influência nas mais importantes decisões internacionais.

Para a construção de um mundo de paz e prosperidade, Brasil e Canadá têm contribuições decisivas a dar.

Temos tido a oportunidade de trabalhar conjuntamente em temas de interesse comum, diretamente ligados à nossa realidade

de nações continentais, participativas, pacíficas e com vocação universalista: a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção dos direitos humanos, o acesso desimpedido à tecnologia, o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição de massa, o revigoramento dos organismos multilaterais e o fortalecimento do sistema internacional de comércio, sob a égide da Organização Mundial de Comércio.

Apesar de tantas identidades, interesses comuns e muitos empreendimentos conjuntos, nossos países ainda têm uma vasta agenda a explorar. A vontade política do Governo canadense, que sua visita afirma, é clara e, do lado brasileiro, a disposição para aprofundarmos o diálogo, em todas as áreas, também é clara.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência marcará, portanto, o início de uma etapa decisiva na aproximação de nossos dois países. Os vários atos que firmamos hoje reforçam e aperfeiçoam a estrutura jurídica de nosso relacionamento.

Abrangem áreas que incidem diretamente sobre a desejada fluidez do nosso relacionamento político e econômico, facilitam trâmites na esfera judicial e criam condições, na área cultural e de intercâmbio para que nossos países se conheçam melhor, produzindo cultura conjuntamente.

Esta visita ocorre também em um cenário de renovado vigor das relações hemisféricas.

O esforço concertado que resultou da recente Cúpula das Américas reflete o interesse dos povos deste Continente por relações que gerem desenvolvimento, estabilidade e maior participação dos nossos países na riqueza mundial.

Brasil e Canadá têm um papel de grande relevância no seguimento da Cúpula das Américas.

A participação do Canadá na Área de Livre Comércio Norte-americana, NAFTA, dá-lhe uma identidade complementar que expande o perfil original de sua presença no Hemisfério e no mundo. Por seu turno, a participação do Brasil no MERCOSUL acrescenta dimensão e perspectivas ao seu projeto de desenvolvimento econômico. A integração hemisférica é meta traçada em Miami. Os dois processos sub-regionais de integração em que nossos países estão envolvidos, o NAFTA e o MERCOSUL, haverão de convergir.

A lógica do processo integracionista hemisférico deve permitir o reforço mútuo de todas as economias da região. As dificuldades temporárias por que eventualmente passem alguns dos países do Continente não devem arrefecer nosso ânimo de gerar mais comércio e prosperidade.

As dificuldades não nos afastam. Ao contrário, devem estimular movimento de solidariedade, auxiliar a todos a melhor compreender rumos e limites da globalização e os complexos mecanismos da interdependência. Trabalhar juntos é imperativo de nossos dias e a vocação maior deste Continente.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil e o Canadá têm muito a oferecer um ao outro. É com esta convicção que convido todos os presentes a comigo brindarem pelo povo do Canadá, pela amizade que une os dois países, pelo continuado progresso nas nossas relações e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Chrétien.

Muito obrigado.

II **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
almoço oferecido ao Senhor Presidente da
Polônia, Lech Walesa e Senhora.
Brasília, 20 de fevereiro de 1995.**

Em nome do Governo e do povo brasileiros, é para mim uma honra dar as boas-vindas a Vossa Excelência, à Senhora Walesa e à expressiva comitiva que o acompanha nesta primeira visita que realiza à América Latina. Vossa Excelência é também o primeiro Chefe de Estado a visitar oficialmente o Brasil após a minha posse, o que certamente tem um significado particular para mim.

Estou seguro de que a participação pessoal de Vossa Excelência nos contatos entre nossos países e as conversações que estamos mantendo abrem uma nova fase nas relações entre o Brasil e a Polônia.

Desde o início das lutas do Solidariedade pela reconquista da cidadania na Polônia, os brasileiros acostumaram-se ao nome e à ação política determinada de Lech Walesa, prêmio Nobel da Paz, que aqui homenageio, pelo seu exemplo de luta pela democracia, de luta para que os grupos sociais tenham voz e participação na vida política. Personagem central nos acontecimentos que haveriam de mudar o curso da História do pós-Guerra, Lech Walesa inspirou a muitos que lutaram pela redemocratização do Brasil nos anos 80.

A Polônia é hoje um país livre para construir o seu futuro. Está comprometida com as reformas indispensáveis para modernizar-se e integrar-se plenamente à economia mundial. Como nós, guia-se pelas duas forças que hoje dominam felizmente a cena internacional, a democracia e a liberdade econômica.

A crescente integração política e econômica da Polónia a uma Europa cada vez mais unida e forte assegura-lhe condições favorá-

veis para a retomada do crescimento sustentável e para a adoção de políticas que levem ao bem-estar. Acompanhamos esse florescimento da Polônia com sincera admiração. Ele há de combinar-se com a estabilidade e a retomada do crescimento do Brasil para dar ao nosso relacionamento uma força nova, com vistas a uma parceria produtiva.

Senhor Presidente,

O Brasil que Vossa Excelência encontra nesta visita é radicalmente diferente daquele que, com grande interesse, seguiu os embates do Solidariedade no início dos anos 80. Como a Polônia, pagamos em custos sociais e ambientais o preço de um desenvolvimento que deixou de lado dois elementos fundamentais do processo econômico, o homem e a natureza. Em certos momentos, perdemos o controle da inflação que penalizava os mais pobres, intensificando a concentração de renda, e desestimulava o trabalho, o investimento e a produção.

Hoje, felizmente, esse quadro mudou, e o Brasil é um país que reconquistou a sua autoconfiança, que voltou a crescer e que está começando a dar aos brasileiros mais humildes o benefício da estabilidade econômica que gera empregos, assegura o valor dos salários e permite ao Estado cumprir as suas obrigações primordiais. Graças ao muito que avançamos na transformação do país, o Governo já começou a dedicar-se às indispensáveis reformas que consolidarão a estabilidade e a retomada do desenvolvimento com justiça social.

Senhor Presidente,

Para o Brasil e a Polônia, o mundo do pós-Guerra Fria é pleno de desafios e oportunidades. Temos razões para ter otimismo, mas temos também razões para agir com prudência. O fim da Guerra Fria trouxe para a agenda internacional temas que abrem novas perspectivas de colaboração entre os Estados, e entre estes e a

sociedade, como é o caso da preservação do meio ambiente e da proteção dos direitos humanos.

O mundo que se aproxima do século XXI ainda é, contudo, marcado por guerras entre Estados e conflitos dentro das Nações. A intransigência, o desejo de obter vantagens imediatas e a ausência de objetivos aceitos para o encaminhamento das questões de mais longo prazo, como a da desigualdade entre as nações, geram tensão e desordem que afetam não apenas os povos diretamente envolvidos, mas toda a comunidade internacional.

É preciso que a mais abrangente concepção de direitos humanos se consolide amplamente, tanto no plano político como no social. Nesse sentido, a intolerância racial ou religiosa, a xenofobia, o etnocentrismo são inaceitáveis sob todos os pontos de vista.

Ainda esperamos avanços significativos no campo do desarmamento, que traduzam um compromisso efetivo com a redução dos arsenais e dos gastos militares globais e regionais, revertendo em recursos a serem investidos no crescimento e na cooperação.

Acompanharemos com interesse particular a conferência de revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e as negociações que possam finalmente levar ao Tratado para a Eliminação Total dos Testes Nucleares. De nossa parte, além dos compromissos consagrados em nossa Constituição e em diversos atos internacionais de que somos parte, vamos também continuar desenvolvendo legislação interna que reflita nossa firme adesão aos princípios da não-proliferação e dos usos exclusivamente pacíficos de tecnologias avançadas.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Polônia estão ligados por laços de amizade que remontam ao século passado, quando os primeiros poloneses se estabeleceram no Sul do país. A contribuição desses imigrantes e de seus descendentes à construção da nacionalidade brasileira tem

sido inestimável. Vossa Excelência terá a oportunidade de encontrar-se com representantes dessa ativa comunidade e certamente levará dela a impressão de que constitui um poderoso elemento adicional para a promoção das nossas relações.

Essas relações têm um potencial já comprovado e alcançaram níveis bastantes elevados na esfera econômica e comercial. Mesmo com menor volume no intercâmbio, em relação ao auge dos anos 70, a Polônia já é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Europa do Leste.

Somos economias com elevado grau de complementariedade. Temos um nível similar de desenvolvimento e muito a compartilhar em matéria de conhecimento científico e tecnológico e na formação de recursos humanos. Estamos engajados em processos simultâneos de reforma, estabilização e abertura econômica. Já superada a questão da renegociação da dívida polonesa no âmbito do Clube de Paris, em que o Brasil teve participação movida por ânimo construtivo, abrem-se novas perspectivas de cooperação bilateral. Há que encorajar nossos empresários a procurar as parcerias que lhes permitam explorar conjuntamente os nossos mercados e mercados em terceiros países.

Somos países com peso reconhecido em nossas respectivas regiões. Desejamos participar dos foros decisórios, políticos e econômicos que estão orientando as profundas transformações do sistema internacional. No plano bilateral, temos a ganhar com um diálogo diplomático fluido, aberto e sincero, que nos permita conhecer nossas respectivas posições porque são inúmeros os assuntos de interesse comum. Temos interesses coincidentes a desenvolver no plano internacional que se superpõem à agenda estritamente bilateral, o que dá relevância particular ao mecanismo de consultas entre nossas Chancelarias, um dos resultados desta visita.

A cooperação entre nossos países é promissora em muito campos, especialmente na formação de recursos humanos. É sim-

bólico do interesse político e operacional dessa cooperação que diplomatas poloneses venham recebendo treinamento profissional no Instituto Rio Branco.

O intenso trabalho de nossas Chancelarias e duas visitas recentes de autoridades do Governo da Polônia — a do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, em 1991, e a do Ministro das Relações Econômicas Internacionais, em 1993 — iniciaram a construção desta nova etapa no nosso relacionamento, sinalizando a vontade política dos dois Governos de dar salto qualitativo no intercâmbio.

A assinatura, em 1993, do novo Acordo de Comércio bilateral deu-nos um marco jurídico atualizado, que estamos ampliando hoje com a assinatura de um novo instrumento bilateral: o Memorando de Entendimento sobre Consultas entre as Chancelarias. Vamos assim aperfeiçoando os instrumentos de que dispomos para explorar convenientemente as oportunidades que nossas economias vão gerando à medida em que respondem às reformas em que estamos engajados.

A expressiva comitiva governamental e empresarial que acompanha Vossa Excelência e os proveitosos contatos que se estão desenvolvendo no Brasil expressam uma nova realidade no nosso relacionamento bilateral. É um tempo novo que começa, um tempo de parcerias que saem do âmbito governamental para envolver os agentes econômicos dos dois países, ampliando de forma benéfica a agenda de interesses bilaterais, as iniciativas conjuntas e o próprio intercâmbio econômico e comercial.

Senhor Presidente,

Brasil e Polônia têm muito a se oferecer, com benefícios recíprocos, nesta nova etapa que se abre para os dois países. Por todos os símbolos que se associam a Vossa Excelência e pelo papel de liderança que vem exercendo na condução dos assuntos polone-

ses, sua visita constitui um marco fundamental neste esforço que estamos realizando.

É para manifestar nossa sincera admiração por Vossa Excelência e por tudo o que a sua presença entre nós evoca e simboliza que convido todos os presentes a comigo brindarem pela crescente prosperidade do povo polonês, pela amizade que une os nossos dois países e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Walesa.

Muito obrigado.

III **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na Sessão
Solene do Congresso Nacional Chileno.
Valparaíso, 2 de março de 1995.**

Senhoras e Senhores,

Agradeço sensibilizado as palavras de saudação com que me receberam, em nome deste Congresso, os Presidentes do Senado e da Câmara. As expressões com que se referiram a mim e ao Brasil são mais uma vez o espelho fiel da amizade que une chilenos e brasileiros.

Vossas Excelências são homens que honram a vida política deste país e de toda a América. Peço-lhes que aceitem, juntamente com todos os demais representantes do povo chileno, as homenagens que lhes trago, em meu nome e no de todos os brasileiros.

Quero dirigir uma palavra especial de saudação e de afeto a Don Gabriel Valdés, a quem me sinto ligado pela admiração que os discípulos devotam aos mestres. Uma das mais expressivas figuras políticas da América Latina, um cavalheiro à melhor maneira chilena, lutador incansável, Don Gabriel Valdés é uma lição permanente de dedicação à Pátria e exemplo de serviço à causa da democracia e dos interesses do povo. Desejo, com o tributo das palavras de Pablo Neruda, homenagear Don Gabriel: "Quise conversar con todo el mundo. No temí el contagio de los adversos, de los enemigos. Y seguiré haciéndolo. Pienso que el diálogo no puede agotarse, que ningún conflicto es un túnel cerrado y que puede entrar la luz del entendimiento por los dos extremos".

Senhores Congressistas,

Esta é a casa do povo, e Valparaíso o cenário por excelência da democracia chilena. Ser recebido no Congresso chileno é uma

honra muito especial para mim. Parlamentar eu mesmo, sou profundamente ligado ao Chile por laços perenes de gratidão ao país que me recebeu com os braços abertos da liberdade. Sei que, ao trazer a este Congresso a palavra do Brasil que estamos construindo, falo diretamente ao povo chileno, ao seu interesse e amizade pelo Brasil, à sua vocação de bem relacionar-se com outros povos, na busca do desenvolvimento e do bem-estar.

O Parlamento evoca a soberania em sua dimensão mais notável, a soberania popular, identidade última do Estado moderno e conquista do humanismo liberal. Poucos povos na América têm uma tradição de soberania popular e de democracia como o povo chileno. Essa democracia dá mostras de sua vitalidade pela maneira decidida com que os chilenos a reconstruíram após um período de exceção que afetou todo o Continente.

O povo chileno exerce sua soberania não apenas com o sentido do seu patriotismo e da intransigente defesa dos interesses nacionais. Exerce-a sobretudo através da consciência de que é pela distribuição do bem-estar por toda a população que se assegura um sentimento de coesão nacional, de lealdade ao país, de comunidade com o restante da sociedade.

Do Chile, a América Latina recebe o exemplo de como um país em desenvolvimento pode conseguir, com esforço e determinação, integrar as duas grandes forças que conduzem o mundo com o final da confrontação ideológica e da competição estratégica: a democracia política e a liberdade econômica.

O progresso chileno, visível em todos os setores, fala com eloquência dos consensos que se obtiveram neste país e de como eles são decisivos para alterar os destinos de uma nação. Ao atualizar modelos de desenvolvimento com uma visão crítica do passado, e com os olhos postos nos desafios e lições do mundo contemporâneo, o Chile mostra caminhos próprios, que nos interessa conhecer, a fim de que possamos nós também encontrar o nosso próprio

caminho. Fora da democracia e da liberdade econômica, não há fórmulas que se possam repetir automaticamente de país para país; mas o Chile mostra com vigor como a democracia e a liberdade econômica podem operar as transformações há tanto requeridas pelas nossas sociedades.

Senhores Congressistas,

Também o Brasil trilha caminhos de renovação e de transformação. Sei que o que ocorre em meu país é objeto de grande atenção no Chile. Por essa razão, quero estender-me aqui sobre a natureza e o alcance dessas transformações e sobre como elas podem contribuir para elevar ainda mais o nível das nossas relações.

A democracia é hoje um dado objetivo da realidade brasileira. Restaurada em 1985, proporcionou desde então os anos de maior liberdade e participação da nossa História. Resistiu à morte de um Presidente-eleito, ao impeachment de outro e a um intenso processo de auto-investigação no âmbito do Congresso. As instituições saíram fortalecidas desses episódios.

Apagou-se por completo, na consciência dos brasileiros, a possibilidade de qualquer alternativa institucional no Brasil fora da democracia e da liberdade.

Era, portanto, no campo da liberdade econômica e da estabilidade que nos restavam os maiores desafios. Falo de liberdade econômica e de estabilidade não como fins em si mesmos, não como conceitos ideológicos, mas como instrumentos de crescimento, de geração de empregos e de riqueza, de competitividade externa, de distribuição de renda, de incremento nos indicadores sociais e de melhoria no desempenho do Estado no cumprimento das suas funções primordiais.

Era preciso um grande salto para a frente na área econômica, que abandonasse a estratégia de tímidos ajustes num modelo econômico superado para introduzir mudanças sensíveis em matéria

de combate à cultura da inflação que se criara no Brasil, de controle dos principais fatores que a alimentavam — como a indexação e o gasto público —, de abertura comercial ao exterior, de incentivo aos investimentos produtivos.

Esses são os princípios que estão na origem do Plano Real, gênese da transformação econômica que se opera no Brasil.

Começamos 1995 com a estabilização da nossa economia em curso e com dados concretos que indicam que voltamos a crescer em forma sustentada, gerando empregos e melhorando o nível geral dos salários e das vendas como há muito não ocorria no Brasil. Em 1994, a economia cresceu 5,7%, após ter crescido 5,0% em 1993. As perspectivas para esse ano e os anos seguintes são de crescimento continuado. A inflação, que se manteve em patamar próximo aos 40% mensais por longo período de tempo, hoje caiu para algo em torno de 1% ao mês. A inflação era um dos mais cruéis fatores de concentração social de renda, corroendo, dia a dia, o poder de compra dos salários dos mais humildes, que não tinham como se proteger da inflação. Desde a introdução da nova moeda, a estabilidade de preços proporcionou ganhos na massa salarial estimados em US\$ 15 bilhões.

Essa é a resposta que finalmente conseguimos dar à demanda crescente da sociedade brasileira por uma mudança na situação do país, uma situação que se caracterizava por uma inflação altíssima, baixo nível de investimento, desemprego e falta de horizontes econômicos e sociais. Reconquistamos a auto-estima e a confiança e demos a nós mesmos, brasileiros, uma demonstração de que somos capazes de reagir, de criar consenso em torno de uma idéia — a estabilidade — se pudermos comprovar que ela é o melhor para todos.

O desafio, agora, é precisamente dar sustentabilidade à estabilização e ao crescimento, sem perder de vista a urgência de medidas eficazes de alcance social para corrigir graves distorções

acentuadas nos últimos anos. Em outras palavras, há reformas, de base constitucional e legal, que a sociedade brasileira deve perseguir com determinação.

O Governo já encaminhou ao Congresso um primeiro grupo de propostas que considera essenciais para promover o investimento nacional e estrangeiro, em setores que antes estavam reservados ao capital estatal ou que sofriam restrições. Essas propostas atendem à urgência de dar a diversos setores-chave na infra-estrutura — energia, recursos minerais, telecomunicações e transportes — condições de contribuir para o aumento da produtividade geral da economia brasileira.

Um segundo grupo de reformas tem relação com a sustentação do equilíbrio orçamentário, a pedra-de-toque da estabilização. As reformas fiscal, tributária e previdenciária devem assegurar que o Estado brasileiro possa cumprir suas funções básicas sem desestabilizar a economia.

Estamos empenhados em assegurar a competitividade do nosso setor exportador não apenas garantindo-lhe as condições para o aumento da sua produtividade, mas também reduzindo a carga tributária e os demais custos estruturais que incidem sobre os preços dos produtos brasileiros. A integração econômica regional, no âmbito do Mercosul, é irreversível e, em seu processo de consolidação, exercerá efeito irradiador e criará novas oportunidades de negócios para os países vizinhos, como o Chile.

Vamos prosseguir o processo de privatização no ritmo e dentro dos imperativos da própria eficiência do Estado.

Estamos, através do Programa Comunidade Solidária, baseado na parceria sociedade/Governo, comprometidos com ações efetivas que contribuam para reduzir o fosso que separa um grande número de brasileiros dos benefícios do progresso material e do bem-estar.

Temos consciência da dimensão de desafio que essas reformas apresentam. Temos também consciência de que desenvolvimentos econômicos recentes modificaram o cenário externo. A crise enfrentada pelo México impõe tarefas novas e complexas para o sistema financeiro mundial. A integração dos mercados financeiros em escala global fez com que ficassem crescentemente interdependentes. A mobilidade de capitais e os avanços no sistema de informação tornaram os mercados financeiros sensíveis e voláteis, ao mesmo tempo em que se ampliaram as oportunidades de investimento. É neste quadro que a cooperação estreita entre as autoridades monetárias e os Tesouros em escala global se faz necessária, tanto no do desenho dos sistemas regulatórios quanto na coordenação das políticas macro-econômicas. Percebemos hoje que a evolução dos mercados impõe uma transformação de mentalidade nos Governos. Em particular, deve ser repensada em escala global a questão da existência de um mecanismo ao qual possam recorrer, em última instância, países que se encontrem em situação de crise temporária de liquidez.

A crise mexicana poderá ter gerado temores e receios que são infundados em relação ao Brasil, assim como em relação em Chile, mas que não deixam de ser um dado da realidade que temos de levar em conta. Estamos firmemente dispostos a utilizar essa dimensão de desafio para dar seguimento, com ânimo redobrado, às reformas necessárias.

Como o Congresso Nacional chileno, o Congresso brasileiro é a consciência da nação, caixa de ressonância das demandas sociais, espaço de construção de ações políticas voltadas para o bem comum. Estou certo de que, como a própria idéia das reformas é consenso na sociedade brasileira, as propostas para realizá-las encontrarão acolhida e receberão as indispensáveis contribuições do Congresso brasileiro para transformar-se em realidade. O Congresso é o responsável final pelas mudanças que precisamos para modernizar o país.

Senhores Congressistas,

Trago-lhes a mensagem de um Brasil que se renova, de um Brasil que amplia suas perspectivas e deseja mais do que nunca que a sua parceria com o Chile e com os demais irmãos latino-americanos se projetem como instrumentos do desenvolvimento e do bem-estar de toda a nossa região.

Estou certo de que o Congresso Nacional do Chile tem um papel a desempenhar nesse esforço. Ao receber-me aqui em representação do povo brasileiro e da nossa antiga e sólida amizade, Vossas Excelências mostram com sinceridade a extensão do seu compromisso com a América Latina.

Agradeço-lhes mais uma vez tanta hospitalidade e tão boa acolhida, e saúdo-os como participantes da História de prosperidade e progresso que o Chile está construindo, em harmonia com o que de melhor o espírito humano logrou conquistar: a liberdade e a soberania do povo.

Muito obrigado.

- IV Discurso do Senhor Presidente da República,
 Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de
 condecoração e do jantar que lhe foi oferecido
 pelo Senhor Presidente da República do Chile,
 Eduardo Frei Ruiz-Tagle.
 Santiago, 2 de março de 1995.

Agradeço as palavras generosas que Vossa Excelência dirigiu ao Brasil e a mim. É com orgulho e emoção que recebo das mãos de Vossa Excelência o “Colar da Ordem ao Mérito do Chile”, homenagem que o povo chileno dedica aos estrangeiros que considera amigos. Esta condecoração honra a mim e a meu País. É mais um testemunho da história das relações exemplares que unem os nossos povos.

Quero expressar meu reconhecimento pela forma acolhedora com que fui recebido na bela cidade de Santiago, símbolo da vontade de transformação democrática que marca, hoje, a história da América Latina.

A Santiago, e ao Chile, estamos ligados, eu e minha família, por um sentimento de gratidão.

Há dois anos, em março de 1993, visitei o Chile na qualidade de Ministro das Relações Exteriores. Sensibilizaram-me, naquela oportunidade, as atenções e gentilezas com que nos receberam, a minha mulher e a mim, o Presidente Patricio Aylwin, grande estadista latino-americano, e os muitos amigos que aqui cultivamos. Era como se tivéssemos retornado a nossa própria casa, porque esta foi nossa casa em um período decisivo de nossas vidas. Se o exílio é sempre um tempo de dificuldades e dor, estar no Chile permitiu que encontrasse solidariedade e melhor convívio humano. Aqui vivi tempos felizes. Experimento, novamente, esta sensação desde que aqui cheguei na noite de ontem.

A gratidão que tenho pelo Chile e pelo seu povo levaram-me a atender prontamente o convite de Vossa Excelência para realizar aqui minha primeira visita oficial ao exterior. Que este meu gesto recorde e simbolize a solidariedade que pode existir entre os povos. Procurarei, como Presidente do Brasil e como amigo do Chile, estar sempre a serviço de relações cada vez mais intensas com este país.

Afinal, minha segunda pátria é o Chile.

Aqui vivi e trabalhei durante quatro anos, numa época em que passávamos no Brasil por tempos difíceis de intolerância e perseguição. Aqui formei minha sensibilidade para os temas latino-americanos; compreendi o valor dos ideais comuns de nossa região e aprendi a lutar para alcançá-los.

Fiz, aqui, amigos para toda a vida e me dediquei com prazer e proveito à minha carreira acadêmica e de funcionário internacional.

Pela qualidade de seus intelectuais, pela excelência de seus centros acadêmicos e de pensamento, pela atmosfera de liberdade, pelo dinamismo do debate intelectual, o Chile sempre teve, e continuará a ter, um papel central no processo de reflexão sobre a América Latina e seu destino.

Não posso esquecer a riqueza do ambiente político e cultural que encontrei no Chile dos anos 60. Em memoráveis encontros, tanto na CEPAL quanto em outros centros de estudos políticos e de relações internacionais, vi inúmeras vezes os grandes políticos da época, de Eduardo Frei a Salvador Allende. Participei de debates com seus seguidores e os seguidores do Presidente Alessandri, debates sempre marcados pelo mais perfeito clima de respeito democrático.

Na casa do então adido cultural brasileiro, Thiago de Mello — a famosa casa de Neruda, no centro de Santiago — quantos almoços, quantos jantares e festas, reuniram políticos, intelectuais,

artistas chilenos com os exilados do Brasil e de vários países latino-americanos. Foi neste ambiente que aprendi a admirar a pintura de Matta e a gravura de Nemésio Antunes, a ouvir Neruda e sua Matilde, a ver Gabriel Valdés estimulando o canto e as artes, a respeitar o teatro do Chile e seu ballet extraordinário, liderado pelo entusiasmo de Mariucha Solari, embaixadora da dança chilena no Brasil e da brasileira no Chile. Foi também nesse ambiente que descobri a literatura universal de José Donoso.

Entre os intelectuais chilenos, brasileiros e de outras plagas latino-americanas, de Celso Furtado a Aníbal Pinto, a inspiração maior vinha de um argentino, Raul Prebisch, e de um espanhol, José Medina Echavarría, aos quais tanto a minha geração, quanto a que nos precedeu e as que se sucederam, têm dívida permanente pelas lições de lucidez e criatividade que receberam.

Muitos brasileiros se beneficiaram da hospitalidade chilena. Acompanham-me, nesta visita, os Ministros Paulo Renato Souza e Francisco Weffort; o Senador Artur da Távola; os Deputados Franco Montoro e Almino Affonso; e o Professor Vilmar Faria, todos eles, como eu, acolhidos de forma amistosa, fraterna e solidária pelo povo chileno.

Acompanham-me, também, dois grandes amigos do Chile: Fernando Gasparian e o Deputado Benito Gama, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Chile.

A perfeita afinidade entre ambas as nações, a intimidade natural que aproxima nossos países explicam a ampla faixa de convergência em nossas visões de mundo.

Senhor Presidente,

Neste momento não poderia deixar de evocar a figura do Presidente Eduardo Frei Montalva, uma das mais extraordinárias personalidades políticas das Américas e amigo do Brasil. Vossa Excelência honra e dignifica a memória daquele notável estadista,

que representa as melhores tradições de liderança, generosidade de pensamento e grandeza, traços marcantes das principais figuras da história política do Chile e de nosso Continente.

Das muitas idéias que o Presidente Eduardo Frei ofereceu à reflexão latino-americana, sublinho a importância que atribuiu à integração. Há quase trinta anos, afirmava com convicção que devemos *“hacer de América un ejemplo de cooperación en la igualdad, en el respeto mutuo y en una auténtica solidaridad”*.

E em seguida dizia: *“es el momento, entonces, de dar forma a esa cooperación. Los pueblos comienzan a tener conciencia de que en la unidad latinoamericana estamos afirmando la autenticidad de nuestros países y que ello es fuente inagotable de inspiración”*.

Essas palavras estão tornando-se realidade e revelam lucidez de sua visão, pois só no processo de integração nosso Continente encontrará forças para uma presença mais ativa nos negócios internacionais.

Vemos, com grande satisfação, a prioridade que o Governo chileno tem conferido à aproximação com os países vizinhos e a forma como reconhece, para usar suas próprias palavras, Senhor Presidente, “a transcendência que o Mercosul possui para toda nossa região”.

Estamos escrevendo hoje capítulo de um projeto histórico que nossos povos já perseguem há muito tempo e que se realiza à medida em que nos identificamos ainda mais na democracia, na transformação das nossas economias e nas propostas de justiça social.

Senhor Presidente,

Unidos por uma tradição de cooperação e amizade e por visões de mundo harmônicas, o Brasil e o Chile iniciam, com nossos Governos, uma nova etapa de realizações e projetos conjuntos.

Os êxitos que vimos alcançando na integração de nossas economias e na dinamização das nossas relações econômicas e comerciais são patrimônio comum de nossas nações. A base desse patrimônio é sólida e cresce com o avanço qualitativo que ocorre em nossas respectivas economias. Com o compromisso de ampliar e consolidar as reformas que tornaram possível a estabilidade e a retomada do crescimento, temos os instrumentos para perseverar.

Ao dar maior densidade às suas relações, o Brasil e o Chile criam um elemento adicional de proteção das suas economias contra flutuações do cenário internacional. Por essa razão, é importante que se valorizem os investimentos recíprocos de longo prazo, que se ampliem as parcerias produtivas, que se explorem as janelas de oportunidade no intercâmbio bilateral.

Temos um instrumento básico para impulsionar os investimentos mútuos, na forma do Acordo de Proteção e Promoção de Investimentos, firmado entre nossos dois países em março do ano passado e que já começa a apresentar resultados animadores. Observo com satisfação a participação de empresas e de capitais brasileiros na construção de um complexo hidrelétrico no Chile, exemplo significativo da importância da criação de um fluxo estável de capitais entre nossos países, voltados para a aplicação em projetos que promovam o desenvolvimento. Da mesma forma, temos todo o interesse em continuar recebendo capitais chilenos, aos quais se abrirão novas oportunidades com o avanço no programa de privatizações em curso no Brasil, bem como com a possibilidade de participação em projetos de concessões de obras e de exploração de serviços públicos em setores de infra-estrutura.

Nosso intercâmbio comercial tem evoluído de forma positiva, alcançando em 1994 cifra superior a 1 bilhão e 600 milhões de dólares. São grandes as perspectivas de crescimento dos fluxos comerciais, pois as duas economias se encontram em pleno processo de expansão. Ressalto, a propósito, o aumento das compras de

produtos chilenos pelo Brasil, no ano passado, da ordem de 52% alcançando a importância de 617 milhões de dólares.

Senhor Presidente,

Em 1º de janeiro deste ano, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai concluíram obra de excepcional alcance: a união aduaneira no âmbito do MERCOSUL, etapa fundamental rumo ao objetivo final de constituição do mercado comum regional.

O Mercosul adquire agora personalidade jurídica própria e passa a promover negociações conjuntas com terceiros países e com blocos econômicos, com o peso de um espaço político que representa cerca de 200 milhões de habitantes e um PIB global estimado em cerca de 750 bilhões de dólares. O Chile é interlocutor do mais elevado interesse para o Mercosul. Queremos continuar nossos entendimentos com o mesmo clima de franqueza e objetividade com que temos dialogado no mais alto nível.

Não haverá êxito na integração econômica sem a contrapartida de uma renovada articulação política. Os últimos anos foram marcados por uma profunda mudança na intensidade e na qualidade do diálogo entre os países latino-americanos, reflexo direto da consolidação de regimes democráticos no continente.

É fundamental também que essa harmonia democrática se reflita no clima de entendimento e concórdia entre todos os povos latino-americanos. Fiquei muito feliz de ter podido testemunhar, com o Presidente Eduardo Frei, a forma pela qual os Governos do Equador e do Peru reafirmaram, em Montevideu, o compromisso com a paz entre os dois países e com a busca de uma solução negociada e duradoura para o diferendo que os levou ao conflito armado. A paz, assim como a estabilidade econômica e a retomada do crescimento, tem que ser preservada como um traço distintivo da América Latina, como garantia de que estamos empenhados no verdadeiro bem-estar dos nossos povos.

Senhor Presidente,

As conversações que mantive com Vossa Excelência na manhã de hoje revelaram a perfeita sintonia de pontos de vista entre nossos países sobre grande número de questões.

Nossos países têm motivo natural de orgulho pelo excelente nível de suas relações, orientadas sobretudo, pelo desejo de caminhar solidariamente na trilha do desenvolvimento e da justiça social.

O povo brasileiro, por meu intermédio, ao retribuir as homenagens que recebi, conceda-lhe o Grão-Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, mais uma demonstração de nossos fortes vínculos históricos.

Peço a todos que se juntem a mim em um brinde que faço pela saúde do Presidente Eduardo Frei, pela prosperidade do povo chileno e pelo fortalecimento crescente dos laços de amizade que de forma tão intensa unem os nossos dois países.

Muito obrigado.

V Discurso do Senhor Presidente da República,
 Fernando Henrique Cardoso, por ocasião
 da homenagem que lhe prestou,
 na Prefeitura de Santiago do Chile, o Alcaide
 Jaime Ravinet De La Fuente.
 Santiago, 3 de março de 1995.

Senhor Prefeito, Don Jaime Ravinet,

Senhores membros do Conselho Municipal de Santiago,

Senhores membros do Corpo Diplomático,

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que participo desta homenagem que reflete os laços de fraterna amizade que unem o Brasil e o Chile.

Santiago, além de importante pólo financeiro e comercial deste Continente, distingue-se pela excelência e tradição de suas instituições acadêmicas e culturais, e pelo vigor de sua vida política. Cidade dinâmica, onde a criatividade de seus arquitetos se exprime em cenários de impressionante beleza natural, Santiago sempre acolheu os brasileiros e latino-americanos de forma calorosa e hospitaleira.

Fui testemunha pessoal desta hospitalidade nos quatro anos em que aqui residi, quando, no Brasil, passávamos por tempos difíceis de intolerância e de autoritarismo.

Esses quatro anos vividos em Santiago, nas Calles Las Nipas e Luis Carrera, sempre em Vitacura, foram uma das fases mais fecundas de minha carreira acadêmica e deixaram ensinamentos decisivos para minha futura vida política.

Devo esses anos felizes aos amigos que fiz nos círculos intelectuais, universitários e políticos desta magnífica capital. Devo, também, aos alunos que aqui tive e que sempre me estimularam a aprofundar minhas pesquisas na área da sociologia, da ciência

política e das questões do desenvolvimento e dos temas latino-americanos.

Senhor Prefeito,

Desejo manifestar-lhe minha admiração pelo êxito do esforço desenvolvido por sua Administração para ampliar o potencial urbanístico desta cidade e para revalorizar seus monumentos arquitetônicos.

Sei que a solução dos problemas urbanos constitui uma das mais complexas tarefas para o homem público de nossos dias. Dar a quem vive nas grandes cidades condições de vida digna e confortável, exige planejamento, ações concretas bem orientadas e, sobretudo, sensibilidade social.

Vejo à frente da Municipalidade de Santiago um homem público empreendedor, que tem demonstrado criatividade e espírito de liderança, no desafio de administrar uma grande metrópole.

Por ocasião de minha visita a Santiago, em março de 1993, na qualidade de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, o Governo brasileiro, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por Vossa Excelência, teve o privilégio de lhe conceder as insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Buscamos com esse gesto expressar nosso sentimento de afinidade e admiração pela Nação chilena, homenageando, em sua pessoa, esta bela e vibrante capital.

Senhor Prefeito,

Ao receber de Vossa Excelência o Diploma que me acredita como Hóspede Ilustre da cidade de Santiago, sinto fortalecidos os laços de carinho e de fraternidade que sempre me ligaram a esta cidade e ao Chile.

Agradeço, assim, em meu nome, e em nome do povo brasileiro, esta homenagem da Prefeitura de Santiago, certo de que conso-

lidaremos ainda mais o relacionamento intenso, diversificado e mutuamente proveitoso entre o Brasil e o Chile.

Muito obrigado.

VI

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido à Senhora Presidenta
da Irlanda, Mary Robinson.
Brasília, 29 de março de 1995.

Em nome do povo brasileiro, dou as boas vindas a Vossa Excelência e à sua expressiva comitiva. O Brasil a recebe com a admiração e o respeito que o povo irlandês soube em nós inspirar por muitas razões, entre as quais destaco a força criativa e inovadora de sua cultura.

Peço-lhe ser portadora da mensagem de amizade que os brasileiros enviam aos cidadãos irlandeses.

A presença de Vossa Excelência entre nós é símbolo da amizade e a cooperação que nossos Governos têm desenvolvido desde o estabelecimento de nossas relações diplomáticas em 1975.

A Irlanda, como todos os países que integram a União Européia, ocupa posição relevante no quadro de nossa política externa. Além disso, chegam-nos as notícias de que a Irlanda encontra-se em fase particularmente positiva, não apenas pelo bom desempenho econômico, mas também em consequência do processo que culminou com a recente assinatura do "New Framework Agreement" sobre a questão irlandesa.

Sei o quanto Vossa Excelência contribuiu para esse processo. Essa contribuição enriquece uma biografia marcada pela competência política e pela militância em favor da liberdade, dos direitos humanos em geral e dos direitos da mulher em particular.

Em nome dos brasileiros, quero saudar esta nova etapa da história irlandesa e a coragem e a sabedoria dos estadistas que contribuíram para esse importante passo, que há de trazer benefícios

imediatos para seu país, para a Europa e para todos os parceiros da Irlanda no mundo.

Presidenta,

Brasil e Irlanda compartilham muitos pontos de vista e interesses comuns na cena internacional. Admiramos as posições tradicionais da diplomacia irlandesa em defesa da paz, do desarmamento, do desenvolvimento e da democracia.

Compreendemos a necessidade de que se estabeleçam formas novas, ágeis, eficazes e efetivamente representativas para lidar com os desafios da paz e da segurança das nações.

A Irlanda tem demonstrado ser aliado importante dos países em desenvolvimento na luta por um sistema internacional mais equilibrado e estável, em que a liberdade econômica seja um instrumento de justiça e de impulso ao crescimento, e não uma forma de consolidação de privilégios.

Desejamos, brasileiros e irlandeses, que o processo de aproximação entre a União Européia e o Mercosul se consolide e nos conduza proximamente ao objetivo comum de um acordo de livre-comércio entre os dois grupos regionais.

Ambos lutamos pelo fortalecimento do sistema multilateral de intercâmbio comercial sob a égide da Organização Internacional do Comércio, para cuja criação nossos países deram uma expressiva contribuição.

Nossos países muito podem fazer para a superação de certas dificuldades que a globalização econômica tem apresentado. Entre elas, preocupa-me a questão dos movimentos especulativos que podem afetar os fluxos internacionais de investimentos produtivos, causando danos aos esforços de estabilização de várias nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

Tenho sido enfático sobre a necessidade da adoção universal de medidas criativas e equilibradas de proteção contra as instabili-

dades que a economia globalizada acarreta e que podem prejudicar alguns de seus efeitos inegavelmente positivos.

Há, portanto, uma ampla agenda de interesses convergentes e de ideais comuns que justificam a atuação conjunta de nossos países na busca de um necessário aperfeiçoamento do sistema internacional.

Presidenta,

O Brasil que Vossa Excelência visita é um país que reencontrou o caminho do desenvolvimento e está em franco e acelerado processo de transformação. Espero que sua estada entre nós lhe permita avaliar o dinamismo de nossa atividade econômica e o potencial do nosso mercado e do nosso parque produtivo.

Somos, hoje, um país aberto ao mundo e uma democracia sólida, que se coloca a serviço do desenvolvimento social, dando voz e participação a todos os brasileiros.

Com uma presença virtualmente global em termos comerciais, o Brasil participa de um projeto de integração regional de largo alcance — o MERCOSUL —, que dá uma nova dimensão ao nosso mercado, uma crescente intensidade ao nosso comércio exterior e um novo atrativo como pólo mundial de investimentos.

Pela tradição pacífica e consistente de sua política externa, por seu peso econômico, por sua presença internacional e regional, interessa muito ao Brasil participar das grandes decisões sobre questões mundiais e assim contribuir para a paz e o desenvolvimento da Humanidade.

Presidenta,

O Brasil e a Irlanda têm uma história recente de relações diplomáticas. Já contamos com um Embaixador residente em Dublin e esperamos que esse canal possa continuar a servir à aproximação entre os dois Governos.

Estamos construindo um patrimônio de realizações conjuntas, especialmente através da cooperação, quase sempre espontânea, entre universidades dos dois países. É do nosso interesse incentivar e ampliar essa cooperação, cujo efeito multiplicador sobre nossas relações é fácil apontar.

Também a presença de organizações humanitárias irlandesas no Brasil acrescenta um elemento de cooperação para o desenvolvimento social nessas relações. Temos um potencial já identificado de cooperação no campo da biotecnologia e em matéria de informática.

Nosso comércio ainda se situa em patamar modesto e, portanto, este primeiro contato de alto nível entre os dois Governos deve servir de catalisador para incentivar a iniciativa privada dos dois países a identificar as oportunidades que existem em um e outro mercado e as possibilidades de atuação conjunta em terceiros mercados, principalmente os mercados da União Européia e do Mercosul.

É importante que os nossos Governos estimulem os contatos empresariais, inclusive mediante a criação de Câmaras de Comércio Brasil-Irlanda.

O testemunho de Vossa Excelência sobre a pujança econômica brasileira e o potencial do Brasil como mercado e como parceiro será de grande valor para que desta visita resulte um acréscimo do interesse do empresariado irlandês por parcerias com o Brasil.

É igualmente importante que nossos Governos negociem e implementem instrumentos jurídicos capazes de facilitar o nosso relacionamento e gerar compromissos e projetos conjuntos na área de cooperação técnica e educacional, promoção e proteção de investimentos e intercâmbio cultural.

Presidenta,

Ao recebê-la entre nós, quero saudar um gesto expressivo de aproximação entre os nossos países, que há de ter consequências positivas sobre o quadro geral do nosso relacionamento.

Nas conversas que mantivemos e por seu esforço pessoal na busca de soluções para as questões irlandesas, conheci seu compromisso com os ideais mais nobres da política e da vida democrática.

O fim da Guerra Fria, os avanços sem precedentes na ciência e na tecnologia, o processo irreversível de integração, aproximando nações que há séculos se confrontavam de forma estéril, são indícios claros de que podemos caminhar para um terceiro milênio de prosperidade, harmonia e paz. Nunca antes na História esta possibilidade foi tão concreta e plausível.

Sou otimista e espero, como brasileiro, contribuir para que este sonho de paz se realize num horizonte próximo. Como lembrava o genial poeta irlandês, William Butler Yeats:

"In dreams begins responsibility."

É com esse sentimento que convido todos os presentes a comigo brindarem pela crescente prosperidade e felicidade do povo irlandês, pela amizade que une a Irlanda e o Brasil, pelo futuro das nossas relações e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

VII **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido ao Senhor Presidente da
Turquia, Suleyman Demirel.
Brasília, 10 de abril de 1995.**

Quero dar as boas vindas a Vossa Excelência, à Senhora Demirel e à comitiva que o acompanha.

Peço a Vossa Excelência que leve aos cidadãos turcos a mensagem de amizade que lhes envia o povo brasileiro.

Sua presença entre nós assinala o início de uma nova fase nas relações entre a Turquia e o Brasil. Estabelecidas em 1927, essas relações ganham hoje um impulso novo. Recebemos com entusiasmo esta que é a primeira de um Chefe de Estado turco ao Brasil.

A expressiva comitiva que o acompanha, com participação do setor privado, confere às relações entre os dois países a dimensão concreta que complementa o bom entendimento político.

Estrategicamente situada em uma região onde civilizações se encontram, herdeira de um patrimônio cultural de ressonância universal e dotada, como poucos países, de uma presença multirregional, a Turquia tem, hoje, uma economia moderna com vocação de continuado crescimento, apresentando para o Brasil um interesse particular.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem uma longa vida de homem público, uma carreira marcada por expressiva atuação em defesa da democracia e da liberdade. Quarenta anos de presença no cenário político deram-lhe uma respeitada estatura nacional e internacional. É com entusiasmo que o vejo engajado, agora, na ampliação dos horizontes da diplomacia turca.

Homenageio em Vossa Excelência o político que se volta para o mundo, que sabe que do exterior provêm impulsos criativos e inovadores para os povos, em sua busca permanente de progresso.

Senhor Presidente,

Na cena internacional, o Brasil e a Turquia compartilham muitos pontos de vista e aspirações comuns.

Buscamos a garantia de que a liberdade econômica e a globalização da economia tragam benefícios efetivos para nossos povos. Almejamos acesso livre e desimpedido a tecnologias, investimentos produtivos e mercados, e para isso nos temos credenciado através do aperfeiçoamento do nosso sistema produtivo, da promoção de reformas e ajustes, inclusive uma ampla abertura à economia internacional.

Como democracias que acabam de consolidar-se, temos um elemento adicional de identidade para o conhecimento e a coordenação de nossas posições em matérias de interesse comum da agenda internacional.

A democracia traz legitimidade e força moral para a defesa de nossos interesses.

É a democracia que garante que o progresso material efetivamente se traduzirá em progresso social e estabilidade política, qualidades que hoje fazem toda a diferença no jogo das relações internacionais.

Como economias em desenvolvimento, nossos países têm interesse, também, em que os fluxos internacionais de investimentos produtivos não sejam adversamente afetados por movimentos especulativos que podem pôr em risco complexos esforços de estabilização.

Tenho aproveitado todas as oportunidades para mobilizar a comunidade internacional em torno da necessidade de que medidas adicionais de proteção contra movimentos especulativos de capitais

sejam universalmente adotadas, seja através de uma ação mais coordenada dos Bancos Centrais, seja através de mecanismos novos nos organismos financeiros internacionais.

Ao mesmo tempo, continuamos a sinalizar claramente que os investimentos produtivos são bem-vindos e que continuamos nossos esforços por garantir a esses investimentos condições vantajosas de participação no crescimento e na geração de empregos.

Senhor Presidente,

A distância geográfica que nos separa não nos impede de identificar e explorar o potencial que naturalmente apresentam as relações entre dois países das dimensões e da complexidade econômica e social do Brasil e da Turquia.

Podemos trabalhar juntos na busca de um necessário aperfeiçoamento do sistema internacional, em áreas como direitos humanos, proteção do meio ambiente, cooperação para o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia.

Como países que têm em comum a presença de contingentes de nacionais seus em terceiros países, temos todo interesse em sinalizar para a comunidade internacional que não toleramos, não admitimos e não praticamos qualquer forma de discriminação racial, ética ou cultural.

Senhor Presidente,

O Brasil é um país em acelerado processo de transformação. A estada de Vossa Excelência e de sua comitiva entre nós lhes permitirá avaliar a intensidade da nossa atividade econômica e o potencial do nosso mercado e do nosso parque produtivo. Somos um país aberto ao mundo, em vias de consolidar a estabilização econômica, e em plena retomada do crescimento.

O Brasil participa de um intenso projeto de integração regional, que dá uma dimensão ampliada ao nosso mercado, uma crescente intensidade ao nosso comércio exterior e um novo atrativo

como pólo mundial de investimentos. Com essa intensa presença internacional e regional, interessa-nos participar mais efetivamente do processo decisório internacional em suas várias instâncias e contribuir para a paz e o desenvolvimento em todo o mundo.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Turquia já têm um patrimônio de relações diplomáticas. Embora nossos países tenham elevado grau de complementariedade e grande número de interesses comuns, suas relações ainda não refletem todo o seu potencial.

Nosso comércio está aquém de seu potencial. Este primeiro contato de alto nível entre os dois Governos poderá servir de catalisador para incentivar a iniciativa privada a procurar conhecer melhor as oportunidades que existem em um e outro mercado e as possibilidades de atuação conjunta em terceiros mercados, para os quais nossos países constituem portas naturais de acesso e participação.

É importante que os nossos Governos estimulem os contatos empresariais. O testemunho de Vossa Excelência e de sua comitiva sobre a pujança econômica brasileira e o potencial do Brasil como mercado e como parceiro será de grande valor para que, desta visita, resulte um acréscimo de interesse do empresariado turco por parcerias com o Brasil e do empresariado brasileiro em parcerias com a Turquia.

Os atos que assinamos, que cobrem áreas tão diversas como a cooperação econômica, cultural, turística e consular e a consulta política, são capazes de facilitar o nosso relacionamento e gerar compromissos e projetos conjuntos. É muito positivo que, neste primeiro encontro entre Presidentes dos nossos países, possamos ter concluído a elaboração de uma estrutura jurídica básica, que marca o caminho a ser seguido para que possamos alcançar um patamar mais elevado em nosso relacionamento.

Senhor Presidente,

Esta é uma primeira visita, um primeiro movimento mais sistemático de aproximação entre dois países que se estimam, mas que se conhecem relativamente pouco.

Estou certo de que a partir de hoje iniciamos uma nova etapa nas relações entre a Turquia e o Brasil e que essa nova etapa haverá de ter um impacto positivo em nossos países.

É com esse sentimento que convido todos os presentes a comigo brindarem pela crescente prosperidade e felicidade do povo turco, pela amizade que une a Turquia e o Brasil, pelo futuro das nossas relações e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Demirel.

Muito obrigado.

VIII Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, sob o título
“O Brasil que volta a ser a terra das
oportunidades”, por
ocasião do almoço oferecido pela
comunidade empresarial.
Nova York, 19 de abril de 1995.

Senhoras e Senhores,

Membros do Comitê Organizador,

Foi com satisfação que aceitei o convite para este almoço. Não poderia deixar de incluir, nesta minha visita aos Estados Unidos, um encontro com a comunidade empresarial. Neste momento em que o Brasil retoma sua vocação de crescimento e oferece promissoras oportunidades de investimentos, é natural que haja grande desejo de conhecer as perspectivas do país. As empresas que as Senhoras e os Senhores representam têm interesses concretos no Brasil. Muitas delas estão instaladas em meu país e ali geram empregos e riqueza. Trago-lhes a mensagem de um Brasil renovado, que encontra sua força nos valores democráticos e nos princípios da economia de mercado; a de um país que sabe que a contribuição da iniciativa privada é decisiva para o êxito de seu projeto de desenvolvimento.

Ao escolher-me Presidente, a população brasileira fez uma opção clara por um programa de Governo. Um programa centrado na estabilização e no crescimento da economia. Nada me fará desviar do objetivo de preservar o Plano Real e de dar-lhe condições de sustentabilidade no longo prazo, promovendo, para tanto, as reformas necessárias. Para isto fui eleito.

A sociedade brasileira sabe que a estabilidade é o caminho necessário para o crescimento. Talvez tenha sido difícil chegar a esta compreensão, simples e pragmática, da realidade econômica. Hoje obtivemos, no Brasil, o consenso necessário para implementar um programa de estabilização num contexto de equilíbrio das finan-

ças públicas, abertura para o exterior e redefinição do papel do Estado na economia.

Também compreendemos que os planos devem ser simples, democraticamente construídos. Enterramos, junto com a chamada “década perdida” de 80, os planos de combate à inflação de caráter autoritário, baseados na imposição pelo Governo de pacotes de medidas. Estes planos revelaram-se efêmeros e ilusórios. Acabaram por retirar credibilidade à moeda nacional, por produzir uma situação de desordem macroeconômica em que os instrumentos tradicionais de política fiscal e monetária já não cumpriam sua função.

Estamos prestes a completar dez meses do Plano Real. A taxa de inflação, que por vários meses havia sido superior a 40% ao mês e aproximou-se, em julho de 1994, do nível de 50%, reduziu-se consideravelmente. A taxa acumulada no primeiro trimestre de 1995 foi de 3.9%, a menor para este período dos últimos 26 anos.

A economia está sendo gradualmente desindexada. Responde ao comando dos mecanismos de política monetária e fiscal. As reservas internacionais elevadas dão ao Governo ampla margem de manobra para eventuais correções pontuais de rumo. Não há hoje pressões inflacionárias reprimidas como as que acabaram por destruir planos anteriores, nem há ameaça de desabastecimentos. A safra recorde de 1994 deverá expandir-se ainda mais neste ano, alcançando cerca de 80 milhões de toneladas de grãos. As condições são, em suma, amplamente favoráveis ao êxito da estabilização.

Fora da estabilidade, não há desenvolvimento e não há justiça social. O êxito do Plano Real derrubou o argumento daqueles que o consideravam como um conjunto de medidas inconsistentes com o crescimento ou com a melhoria do poder aquisitivo dos salários. Em vez de recessão, tivemos expansão do PIB de 5,7% em 1994. Em vez de supostas perdas, tivemos ganhos na massa salarial, ganhos estes que, de resto, explicam o aumento do consumo e o crescimento econômico atuais. Estima-se que cerca de US\$ 12 a US\$ 15 bilhões

foram transferidos ao consumidor com a abrupta diminuição do imposto inflacionário.

O Plano Real é reflexo de um Brasil diferente. De um país em que a democracia se consolidou plenamente. De uma sociedade que desejava a estabilização, mas que já não esperava e não acreditava em milagres. Hoje, dispomos de base firme para prosseguir. A democracia é a melhor garantia do êxito do programa de estabilização.

Contamos com o apoio da população, dos agentes econômicos, da grande maioria das forças políticas da nação. Sabemos o rumo dos passos a serem dados. Não há espaço para recuos.

As reformas necessárias serão implementadas. Muitas passam por revisões na Constituição. A Carta de 1988 é um documento que reflete um momento histórico muito preciso na vida brasileira. Saímos de um longo período de exceção e queríamos transformar o país. Escolhemos o texto constitucional, de cuja redação eu mesmo participei, para exprimir todos os nossos anseios de progresso e justiça social. Reflete assim uma visão intervencionista do Estado, do Estado como regulador das relações privadas, do Estado como agente de mudanças e promotor do desenvolvimento, do Estado como provedor de benefícios sociais sem a correspondente previsão de recursos. A Constituição inspirava-se, ademais, em um modelo autárquico de desenvolvimento.

As rápidas mudanças ocorridas no mundo e no Brasil logo fizeram ver, porém, que o texto constitucional necessitava de reformas.

O Governo tem uma estratégia clara para levar adiante as reformas. Já remeti ao Congresso um primeiro conjunto de emendas relativas à ordem econômica. Visam eliminar as restrições ao capital estrangeiro e as reservas de mercado para empresas nacionais, bem como flexibilizar os monopólios na área do petróleo e das telecomunicações. A Carta de 1988 distingue, por exemplo, entre

empresa nacional e empresa estrangeira. Em vez de beneficiar igualmente todas as empresas que geram riqueza no Brasil, estabeleceu diferenças entre elas e inibiu o ingresso dos novos investimentos externos de que o país precisa para continuar crescendo.

As reservas de mercado para determinados setores, como a de navegação de cabotagem e mineração, serviu para privilegiar algumas empresas que pouco se desenvolveram em matéria tecnológica e, portanto, deixaram de contribuir para o desenvolvimento dos setores em que estão instaladas. A flexibilização dos monopólios estatais nos setores do petróleo e das telecomunicações é uma medida que visa a suprir a carência de recursos do Estado e canalizar investimentos privados para áreas onde a ausência de novos investimentos pode resultar em estrangulamentos. Nestes casos, embora possam ocorrer parcerias, trata-se de possibilitar também investimentos exclusivamente privados.

As reformas na área previdenciária e tributária serão as próximas. No caso da previdência, a necessidade de mudança de enfoque não é um problema apenas brasileiro. Afeta grande número de países e é derivada de mudanças estruturais como o próprio envelhecimento da população e do custo crescente da assistência médico-hospitalar.

Tenho de pensar com os olhos no futuro. Não posso imaginar que, num país jovem como o Brasil, em 10 ou 20 anos tenhamos mais pensionistas do que contribuintes à previdência. A reforma previdenciária não visa prejudicar ninguém, nem ferir os direitos assegurados. O saneamento financeiro do sistema previdenciário na verdade beneficiará a todos, porque dará condições de previsibilidade àqueles que deixam o mercado de trabalho, sem onerar excessivamente aqueles que continuam a trabalhar.

A reforma tributária compreende dois aspectos. De um lado, um aspecto de natureza mais técnica que é a simplificação dos impostos e redução da carga tributária, acompanhadas da amplia-

ção do universo de contribuintes. De outro, um aspecto mais político e complexo relativo à repartição de receitas e responsabilidades nos três níveis de Governo. A reforma tributária exige, assim, um diálogo amplo, com as lideranças políticas no Congresso e no nível dos Estados e Municípios. Estamos avançando rapidamente neste processo.

A aprovação das reformas será obtida com base em negociação com o Congresso. O sistema político brasileiro assim o exige. Talvez não ocorram tão rapidamente como gostaríamos. Poderão demandar, no que se refere à ordem econômica, três a quatro meses - pouco tempo para um País que tem tudo para melhorar seu futuro e já melhorou seu presente. E serão fundadas em consensos sólidos e duradouros, o que é essencial para a saúde econômica e política do país. Há, no Brasil, plena autonomia e independência dos poderes. Nosso sistema é muito similar, nesse ponto, ao funcionamento das instituições dos Estados Unidos. Estou seguro de que, em conjunto com o Congresso, saberemos construir os entendimentos necessários à aprovação das reformas constitucionais. Um homem de ação não pode limitar-se a expressar suas posições pessoais; não pode permitir-se exercícios estéreis de voluntarismo. Precisa, isto sim, encaminhar as mudanças que acredita serem do interesse nacional. Precisa transformá-las em realidade.

A privatização é outro elemento central no conjunto de reformas a serem promovidas em meu Governo. Estou fazendo, nesta área, tudo o que a legislação me permite fazer. Um dos objetivos fundamentais da privatização é o equilíbrio do orçamento. Sabemos que é necessário conter a hemorragia de recursos públicos para financiar déficits das estatais. Com a privatização, estaremos também elevando a produtividade e a competitividade de setores importantes da economia, cuja ineficiência se escondia atrás da proteção contra a concorrência, doméstica e externa. No setor siderúrgico, por exemplo, inteiramente privatizado, empresas antes deficitárias passaram a gerar lucros e a aumentar suas exportações. Isto num curtíssimo espaço de tempo.

Nada justifica a tese de que o Estado seja melhor empresário do que a iniciativa privada. A sociedade brasileira está convencida disso. Podemos, portanto, ser ambiciosos. As privatizações serão aceleradas. Estão incluídas na lista de privatizações para este ano 17 estatais, entre as quais importantes empresas na área de distribuição de energia elétrica (Escelsa e Light) e na petroquímica. Está prevista também a participação do capital estrangeiro na privatização de bancos oficiais, inclusive os estaduais. Não me refiro aqui a parcerias, mas à venda de controle acionário. As privatizações abrem assim grandes oportunidades de investimentos para o capital externo.

As concessões de serviços públicos serão outro fator de atração de investimentos. Com a aprovação recente da lei de concessões, a sociedade brasileira terá, nos recursos da iniciativa privada, alternativa concreta aos investimentos estatais para modernizar e expandir setores de infra-estrutura.

Ganharão os consumidores, com melhores serviços, e o país, por passar a dispor de instrumentos mais eficazes para atender às crescentes demandas por obras de infra-estrutura que o próprio desenvolvimento acaba por gerar. No setor elétrico, já iniciamos, este ano, a nova prática de concessões de usinas geradoras.

Estamos, em suma, criando as condições internas no Brasil para favorecer a continuidade do desenvolvimento. Estamos reorientando a atuação do Estado para onde ela se faz mais necessária, na área social, na educação e saúde, porque o desenvolvimento do Brasil não pode prescindir de recursos humanos qualificados. Estamos removendo as restrições aos investimentos estrangeiros, eliminando a rigidez dos monopólios. Na era da economia globalizada, a competição não se dá pela intervenção direta dos Governos na produção, mas sim pela criação de um ambiente doméstico conducente à ação produtiva de indivíduos e empresas.

É claro que, para consolidarmos e até expandirmos nossas reformas internas, o cenário internacional deve ser favorável. Como resultado de sua maior integração na economia mundial, diversas economias dos países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis à estabilidade dos mercados financeiros internacionais, provocada pelas questões interligadas da volatilidade dos capitais, de ataques especulativos contra moedas e de variações nas taxas de câmbio. Os choques nos mercados financeiros centrais atingem proporções muito mais graves ao propagarem-se para os mercados menores dos países em desenvolvimento. Torna-se assim necessário haver maior cooperação e coordenação entre as autoridades monetárias para conduzirem ações que previnam e encaminhem os problemas que, para os governos, possam surgir da instabilidade no sistema financeiro internacional.

O Brasil apresenta-se hoje como um caso único entre os países em desenvolvimento. Se há uma lição a ser tirada das crises por que passaram recentemente alguns países do Sul, é a de que é preciso evitar as generalizações. Sob o rótulo genérico de “economias emergentes”, escondiam-se, na verdade, situações profundamente diferentes, que não se prestavam a associações automáticas. Equivocaram-se os que viam nas economias emergentes iguais chances de êxito. Assim como errarão aqueles que, numa mudança abrupta de perspectiva, nelas passaram a enxergar riscos em vez de oportunidades. Não devemos e não podemos cair no erro das generalizações — sobretudo quando estão em jogo decisões de investimento, que afetam diretamente a vida de empresas e pessoas em diversas partes do mundo.

O Brasil reúne características próprias, um conjunto particular de traços que o diferenciam. A começar pela sua própria dimensão. Estamos falando de um PIB de mais de meio trilhão de dólares e de um mercado de cerca de 160 milhões de pessoas.

O crescimento da economia brasileira traduz-se em expansão considerável dos volumes de comércio com os demais parceiros.

Ao crescer 5,7% em 1994, o PIB brasileiro produziu um aumento significativo nas importações provenientes dos EUA em relação a 1993. O dinamismo da economia brasileira tem também importante influência sobre seus vizinhos na América do Sul, em especial sobre os do MERCOSUL.

Por outro lado, as variáveis macroeconômicas do Brasil são consistentes. As recentes medidas de elevação das alíquotas de importação para alguns produtos não representam sinal de retrocesso na abertura comercial do Brasil ao mundo. São medidas pontuais e temporárias. Foram adotadas com sentido de responsabilidade e se destinam a preservar as condições de estabilização trazidas pelo Real.

O Brasil deverá gerar, em 1995, superávit comercial menor do que em anos anteriores, embora os números indiquem que nossas exportações neste primeiro trimestre tenham marcado recordes históricos. O déficit em contas correntes será reduzido e perfeitamente financiável com o afluxo de capitais externos. O Brasil nunca desejou contar com capitais de curto prazo para esta finalidade. Pelo contrário, tivemos de introduzir controles seletivos sobre o ingresso de capitais de natureza mais especulativa, que tinham efeito adverso e expansionista sobre a base monetária em Reais. Contamos, sim, com capitais de médio e longo prazo, que revertam em financiamento para nossas empresas ou em novos investimentos produtivos. A geração de superávits comerciais é objetivo factível para uma economia que soube adaptar-se aos desafios da competitividade e da produtividade.

Talvez até melhor do que eu, as Senhoras e os Senhores conhecem a qualidade gerencial existente no Brasil e o dinamismo de nossa iniciativa privada. No Brasil está o parque industrial mais desenvolvido e integrado das economias em desenvolvimento.

O terceiro elemento que caracteriza o Brasil é o vigor de sua democracia. Suas instituições são sólidas; os atos do Governo,

claros e transparentes; a imprensa, livre e ativa; a sociedade brasileira, intolerante em relação à corrupção. Somos um povo que se identifica nos valores democráticos, que tem homogeneidade cultural. Uma nação sem conflitos internos ou externos. Que deseja apenas desenvolvimento e bem-estar social, bem como participar das decisões que levem a uma ordem internacional mais estável e justa.

Entre as economias do Sul, repito, o Brasil é, portanto, um País que reúne ao mesmo tempo três características que o singularizam: grande dimensão, variáveis econômicas sadias e regime democrático pleno.

O Brasil é um porto seguro. Este é o momento de investir no País. Saberão tirar melhor proveito das oportunidades aqueles que antes chegarem.

As relações do Brasil com os Estados Unidos constituem impulso adicional à expansão dos investimentos. Os Estados Unidos são os responsáveis por cerca de um terço dos investimentos estrangeiros no Brasil. São, individualmente, o maior investidor no Brasil. O Brasil, por seu lado, responde pela maior parte dos investimentos estrangeiros dos Estados Unidos na América Latina. Foi recentemente constituído pelos dois Governos, com o objetivo de impulsionar as relações comerciais, um Conselho de Desenvolvimento Empresarial.

A integração das Américas em termos de comércio e investimentos é compromisso fixado na Cúpula de Miami. É um objetivo que passará necessariamente pela aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Os acordos comerciais de que cada um faz parte, o MERCOSUL e o NAFTA, não poderão deixar de convergir.

As duas maiores democracias do hemisfério têm oportunidade histórica para expandir os seus fluxos de comércio. Saberemos aproveitá-la.

Senhoras e Senhores,

O Brasil é um País cujas características estruturais favoráveis ao desenvolvimento encontram atualmente conjuntura extremamente positiva. Ingressamos em novo ciclo de crescimento sustentado. Para o qual a iniciativa privada e o capital externo continuarão sendo chamados a desempenhar papel importante, particularmente na geração de empregos, na modernização tecnológica e no aumento da competitividade da economia brasileira.

Muito obrigado.

IX

Conferência do Senhor Presidente da
República, Fernando Henrique Cardoso, sob
o título “O Mundo do Após-Guerra Fria:
Dilemas e Perspectivas”, no
Council on Foreign Relations.
Nova York, 19 de abril de 1995.

Senhoras e Senhores,

Ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1957, Camus começa o seu discurso de agradecimento lembrando a antiga história de um sábio oriental que todos os dias rezava aos deuses pedindo que eles o poupassem de viver tempos interessantes. Como não tivesse sido sábio, concluía Camus, os deuses não o haviam poupado.

Refletindo sobre nosso mundo, não posso deixar de pensar que nós também estamos sob a sina de viver em tempos interessantes. Não devemos, porém, temê-los. O sábio de Camus talvez não tenha considerado que a maior aventura humana é justamente a de procurar moldar o tempo que nos cabe viver. E, para isto, o primeiro passo é buscar compreendê-lo.

Ao ter a satisfação de ser hoje recebido no Council on Foreign Relations, gostaria precisamente de organizar algumas reflexões sobre como vejo nosso tempo, o que o faz tão “interessante”, e de que forma um país como o Brasil se pode situar em um cenário em acelerada transformação.

Ao tratar dos dilemas trazidos pelo fim da Guerra Fria, pretendo, desde já, deixar clara uma primeira convicção: existem condições claras para que o período histórico inaugurado em 1989/1992 seja essencialmente melhor do que o mundo do conflito bipolar.

Essa convicção parecerá a alguns como óbvia. Afinal, a quem interessaria a tensão de um mundo mantido em equilíbrio pelo terror da confrontação nuclear? Uma breve leitura em alguns textos

recentes de analistas da situação internacional revelará, entretanto, que o óbvio ainda precisa ser dito. Na verdade, ante as dificuldades inerentes a uma nova realidade em que muito está por fazer, começam a surgir os saudosistas da Guerra Fria. Recordo-me, aqui, de uma frase de Freud, na qual diz que o caminhante que canta no escuro pode espantar o medo, mas nem por isso vê mais claro. Diante da dificuldade de entender o novo mundo que se abriu ante nossos olhos, muitos preferem cantar no escuro. Eu prefiro tentar entender.

A Guerra Fria constitui a moldura do pensamento de minha geração. Amadureci, como professor e pesquisador, nas décadas em que o mundo parecia irremediavelmente preso ao conflito ideológico, cuja dinâmica organizava o debate externo e interno. Isto trouxe prejuízos mesmo ao trabalho intelectual. Tantas vezes o reducionismo imperava. Cansei de ver boas análises julgadas não pelos seus méritos, mas pelo duvidoso critério da adequação a padrões ideológicos. Quem perdeu, freqüentemente, foi a própria vontade humana de criar, de buscar caminhos novos para o pensamento e para a ação.

Não deixa de impressionar, assim, a rapidez com que se encadearam os eventos que assinalaram o final da Guerra Fria. Poucos o previram embora talvez muitos o desejassem, por diferentes razões. A própria surpresa do processo leva a sentimentos de alguma perplexidade e percepções contraditórias.

O que sabemos é que aumentaram as fontes de incertezas. Para alguns, gera-se uma espécie de desconforto analítico devido à ausência de paradigmas claros. Problemas novos sugerem que o trabalho político é mais complexo. De um lado, somos tentados pelo otimismo fácil, pelo triunfalismo, pela visão de que, em si mesmo, o fim do confronto ideológico seria capaz de produzir automaticamente transformações para melhor no cenário mundial. Haveria uma espécie de "contaminação positiva" em cada um e todos os aspectos da vida internacional.

De outro, o pessimismo se revela na constatação de que a Guerra Fria ocultava problemas que agora se revelam de difícil encaminhamento, tais como a impotência do Conselho de Segurança das Nações Unidas para dar soluções eficazes a conflitos de natureza étnica e a incapacidade das instituições de Bretton Woods para prevenir e remediar crises resultantes do processo de globalização da economia. Os que consideram a realidade internacional tecida pela necessidade de conflitos vêem ora na competição econômica o primeiro passo para impasses e dificuldades insuperáveis, ora nos conflitos civilizacionais o substituto do choque ideológico que se esmaeceu. Às vezes, penso que o político precisa de inimigos óbvios para compor seus instrumentos de mobilização e legitimação. E esses inimigos óbvios não existem hoje.

Os sentimentos contraditórios são naturais num mundo em que aumentam as incertezas e para o qual já não dispomos de uma matriz conceitual, como na Guerra Fria, que sirva de referência comum para interpretações e decisões. Uma tentativa de atenuar as incertezas está na criação de novos “modelos” do quadro internacional que organizariam, de forma lógica, os eventos dos últimos anos. Estes esforços também são naturais e têm sua importância. Mas infelizmente não fornecem elementos suficientes para quem tem de atuar diretamente.

Do ponto de vista de quem governa, o mundo pós-Guerra Fria é, por incerto que seja, um cenário real dentro do qual opções devem ser feitas. Precisamos ver que problemas concretos este cenário oferece. Não podemos esperar que situações negativas se cristalizem para depois resolver agir.

Sabemos também que o fim da Guerra Fria não teve o poder de recriar por completo a realidade internacional. O que mudou foram aspectos particulares, importantes, relacionados à confrontação ideológica. Afetam, em medida decisiva, a realidade contemporânea, mas não a esgotam. Nasceu antes da Guerra Fria o mundo que se nos apresenta nos dias de hoje, especialmente se olharmos

para a sua dinâmica econômica, para os processos de globalização, para a importância das questões éticas. Algumas de suas dinâmicas, o comportamento de alguns atores, são dados conhecidos e com caráter de permanência.

O maior desafio no mundo do pós-Guerra Fria é assim, entre elementos e sensações aparentemente contraditórios, reter os positivos, especialmente o arrefecimento das tensões globais, bem como conjugar esforços para reforçá-los e ampliá-los. É preciso fazer com que os aspectos positivos contaminem o amplo espectro da agenda internacional, ao mesmo tempo em que se busca atenuar aqueles que se consideram negativos.

O exame dos aspectos positivos do contexto internacional começa com o alívio pelo que deixou de ocorrer em virtude do conflito Leste-Oeste. É o caso da precária manutenção da paz pelo equilíbrio do terror, da corrida armamentista, da exacerbação de tensões regionais e conflitos internos, dos impasses nos organismos multilaterais, da legitimidade, sempre parcial, obtida pela imposição de matrizes ideológicas.

O fim das tensões globais leva a que se afirmem umas tantas tendências efetivamente positivas. A primeira, e mais clara, é a de que existe uma razoável convergência de valores no plano internacional: o predomínio do ideal democrático e a noção de que a liberdade econômica é o caminho para o crescimento. Outra tendência positiva é de que se globalizam não apenas os processos econômicos ou financeiros, mas também os conceitos e valores que delimitam as opções dos Governos, tais como a qualidade de vida, a preservação ambiental, a proteção dos direitos humanos. Numa palavra, os problemas do cidadão estão no cerne do debate internacional.

Há hoje consciência de que é preciso forjar sociedades em que todos tenham acesso a serviços sociais básicos e na qual a educação não seja privilégio de poucos. Se as demandas por igual-

dade antes tinham motivação ética, hoje elas também foram incorporadas à própria lógica interna da economia.

Por outra parte, há elementos que poderíamos qualificar como negativos, ou, talvez, de forma mais apropriada, como problemáticos, na medida em que correspondem a novos desafios para os quais as respostas ainda não estão claras. Se os fatores positivos que antes mencionei criam um “marco de harmonia”, não resolvem problemas concretos que a dinâmica da vida internacional cria. Se a democracia é um valor universal, como defendê-la na prática? Se estamos de acordo em que é preciso preservar o meio-ambiente, são suficientes para este fim os mecanismos internacionais de cooperação existentes? Se a globalização econômica traz benefícios, como evitar os efeitos perversos que decorrem do jogo especulativo nas finanças internacionais? Se as preocupações com a justiça social se desligam de modelos ideológicos e ganham universalidade, como criar mecanismos viáveis que permitam a atenuação da pobreza e o ataque efetivo aos bolsões de miséria absoluta? Como equilibrar o sentido universal das preocupações humanitárias e o marco das soberanias nacionais? Para essas questões não há respostas óbvias, abrangentes.

Outro problema deriva de que a extraordinária ampliação da agenda internacional, fragmentária e variada, gera incontáveis questões rotineiras. Por sua complexidade e volume, absorvem tal soma de energia e tempo, que acabam por nos desviar das soluções abrangentes davisão de futuro. As questões universais correm o risco de ficar condicionadas por visões estreitas, unilaterais, sem perspectiva de futuro. Um corolário perverso da comunhão de valores pode ser a acomodação, a complacência, o arrefecimento da vontade de mudar. O fim da Guerra Fria seria simplesmente substituído por um sistema no qual a incapacidade diante dos problemas globais se combinaria com a exaltação das soluções particularistas.

Estamos assim diante de um quadro internacional que, sob o risco de que os aspectos negativos contaminem o que de intrínseca-

mente positivo há no mundo pós-Guerra Fria, exige a tomada de decisões dentro de um espectro de opções.

Mencionaria dois temas. No plano da segurança coletiva e da paz, para levar a comunidade internacional a compartilhar soluções concretas aos desafios correntes, a reforma do Conselho de Segurança não é suficiente. Sua atuação mais importante se dá após a eclosão de conflitos. É preciso, no entanto, implementar mecanismos ágeis de diplomacia preventiva, o que muitas vezes exigirá articulações em nível regional ou subregional.

Um outro exemplo lembra que a configuração de alianças em torno de questões específicas, na linha daquilo que poderíamos chamar de arranjos de geometria variável, é um caminho válido também para reforçar a agenda positiva em torno dos valores sobre os quais há convergência internacional, tais como direitos humanos, meio-ambiente, combate à criminalidade internacional, não-proliferação. Creio que precisamos cada vez mais de entendimentos que estruturem soluções válidas e operacionais para questões específicas.

Esse desenvolvimento, entretanto, não dispensará a necessidade de que se criem novas macro-estruturas ordenadoras do conjunto das relações internacionais. A dificuldade inerente à criação de uma arquitetura institucional e ao estabelecimento de uma nova mecânica dos processos decisórios, que reflitam as novas realidades, explica em grande parte porque ainda não se materializaram as promessas de paz e cooperação suscitadas pelo fim da Guerra Fria.

Não pretendo, nesta conferência, responder a todas as questões que levantei. Meu objetivo foi mais direto. Em primeiro lugar, revelar a preocupação legítima de meu País com os rumos do sistema internacional. Sublinhar que, exatamente porque vivemos um momento de transformações amplas do sistema internacional, um momento de criação de regras sobre a conduta dos Estados, não

temos alternativa, ao formular política externa, se não a de aceitar o desafio de pensar os temas globais.

Devemos ter presente, cada sociedade, cada liderança política, não importa a dimensão do País, o seu peso político, que uma ordem internacional legítima se constrói com contribuição efetivamente universal. No plano internacional, a legitimidade se descola dos projetos ideológicos parciais e ganha novo estatuto, o da universalidade. Será tanto mais legítima a ordem quanto mais representativa, quanto mais efetivamente universal for sua construção. Esse é, na realidade, o maior ganho do fim da Guerra Fria.

Nesse sentido, a premissa da política externa brasileira é a da participação plena nos processos decisórios centrais das relações internacionais. Insisto. Para o Brasil, o fim da Guerra Fria é essencialmente positivo. Não que tenhamos respostas acabadas para cada uma das questões que coloquei. Mas temos propostas e, sobretudo, a disposição de participar.

Quais são nossas credenciais?

Iniciaria pela observação de que estamos à vontade neste mundo pós-Guerra Fria porque, de muitas formas, nossa política externa é conceitualmente orientada pelo que chamei das “forças positivas”. Em primeiro lugar, os valores que podem tecer um mundo melhor correspondem a duas claras opções nacionais, a democracia e a liberdade econômica. Em seguida, temos uma tradição de participação nos organismos multilaterais, que, hoje, recuperam influência. Tanto porque se constituem em foros necessários de construção de legitimidade, quanto porque, pela própria natureza dos processos de interdependência, a busca de soluções universalmente compartilhadas é absolutamente necessária se pretendemos uma ordem estável.

A diplomacia brasileira sempre foi crítica de um mundo onde tudo se subordinava aos interesses estratégicos de duas potências em conflito. Em um paradoxo trágico, nossa tradição pacífica fazia

com que fôssemos vistos com menor interesse. No mundo da Guerra Fria, nossa vocação para a paz e para o entendimento pareciam fora de lugar. Superada essa fase, tudo nos credencia a ter voz mais influente nos esforços de reestruturação do sistema internacional.

Apontaria ainda outros elementos.

Temos em nossa tradição um acervo diplomático caracterizado por posições de equilíbrio. Somos um país de grande peso regional, mas sem vocação hegemônica. A presença sul-americana do Brasil é exemplar. Temos excelentes relações com dez vizinhos, e relações marcadas por um esforço permanente de criatividade diplomática. Diria mesmo que a própria natureza do sistema internacional contemporâneo revaloriza as funções diplomáticas. Pois não há tema que não seja objeto de negociação e o Brasil tem tradição secular de valorização da diplomacia como meio privilegiado de encaminhar suas questões internacionais. Esse, aliás, é o cerne da presença do Brasil no continente.

Somos um país continental com vocação universal e interesses globais. Como indiquei, o sistema internacional exige participação com perspectiva do universal e, para tanto, estamos preparados. Hoje, do ângulo econômico, somos um "global trader" e nos interessa fortemente que regras estáveis e justas prevaleçam nos intercâmbios econômicos entre os países. A dimensão de nossa economia exige atenção para os processos globais. De certa forma, a própria abertura para o mundo, que agora aperfeiçoamos e completamos, não é nova na história do Brasil. A presença do investimento externo vem do princípio do século e foi decisiva para dinamizar o crescimento brasileiro ao tempo de Juscelino. Do ângulo político, estamos estimulando e ampliando a participação em forças de paz da ONU, já que temos preocupações legítimas com a construção de um sistema efetivamente abrangente e eficaz de solução pacífica das questões internacionais.

Nossa sociedade abriga em convívio pacífico uma ampla diversidade étnica, cultural e religiosa, o que nos dá especial sensibilidade para compreender alguns dos problemas centrais do nosso tempo.

Entre nossas credenciais estão também os valores que a sociedade brasileira consagrou em seu desejo de reformas, consolidação da democracia, economia de mercado, respeito aos direitos humanos, não-proliferação de armas nucleares, proteção ao meio ambiente. Nos foros em que esses temas foram discutidos tivemos invariavelmente posições de equilíbrio, em que a preocupação em articular consensos foi a regra do comportamento brasileiro.

Somos um país ainda injusto, de muitas carências e, ao mesmo tempo, sabemos que as soluções para os problemas das disparidades de riqueza, tanto no plano internacional quanto nacional, não podem ser encontradas em fórmulas mágicas, em disputas retóricas. Aprendemos que, para problemas concretos, há que buscar soluções concretas e viáveis. Não podemos aceitar, contudo, que valores de justiça se diluam, que prevaleçam atitudes de acomodação. Costumo acentuar a necessidade das utopias realistas. Não podemos abandonar o desejo de transformação, de criar ordens mais justas. Mas, se hoje há convergência nos ideais, ainda falta muito para que soluções efetivas sejam encontradas.

Em suma, defendemos externamente os valores que consagramos internamente. Neles está a matriz de nossa ação diplomática. E, também, do novo interesse pelo Brasil. Já não somos vistos de forma negativa, como depredadores de florestas ou violadores de direitos humanos. Ao contrário, a posição internacional do Brasil não é mais defensiva porque ficou claro que, se temos problemas, estamos buscando, sociedade e governo, formas de encaminhá-los. E, neste sentido, creio que o grande trunfo da política externa brasileira hoje é a democracia. É o sentimento de que as soluções nacionais se sustentam em debate amplo, em que a transparência nos objetivos do Governo prevalece.

Se temos bons trunfos para participar no que imaginamos deva ser o novo sistema internacional, caberia indagar quais seriam os grandes arranjos institucionais mais adequados ao mundo do após-Guerra Fria. Aqui, é preciso analisar separadamente a esfera política e o campo econômico.

Na esfera política, será preciso encontrar uma estrutura que seja fiel a um tempo em que a democracia se impôs como valor universal. Se as relações dentro de cada sociedade devem ser democráticas, também devem ser democráticas as relações entre as sociedades. Nesse âmbito, ao iniciarem-se brevemente os trabalhos de revisão da Carta de São Francisco, o Brasil acredita que esta é a diretriz incontornável.

No campo econômico, será preciso desenvolver os mecanismos adequados à globalização. Uma economia global não pode ser vítima de surtos protecionistas ou refém de medidas unilaterais. Seu bom funcionamento exige a liberalização continuada do comércio mundial. Na área monetário-financeira, será necessário, ainda, definir novas regras que permitam dar maior estabilidade aos regimes de câmbio e ao sistema financeiro internacional.

Gostaria finalmente de referir-me ao relacionamento entre o Brasil e os EUA.

Ao analisar as perspectivas do relacionamento bilateral, identifiquei uma mudança importante. No passado que deixamos para trás, embora partilhássemos os mesmos valores, nossas divergências eram marcadas por diferentes concepções sobre o encaminhamento de algumas questões internacionais e por uma série de contenciosos concretos.

O novo cenário que emerge com o fim da Guerra Fria remove esses constrangimentos e desenha um amplo horizonte de cooperação para Brasil e Estados Unidos. Partilhamos valores e perspectivas, temos uma longa tradição de interesses comuns, somos parceiros da integração hemisférica. Todos esses são caminhos que

conduzem a um destino único: o desenvolvimento conjunto de uma nova agenda afirmativa no relacionamento bilateral.

Essa nova agenda já se vai desenhando em mais de uma área. Na esfera econômica, o novo modelo de desenvolvimento brasileiro e um mercado interno de mais de 160 milhões de consumidores nos torna uma das mais importantes economias emergentes e abre amplas possibilidades de intercâmbio comercial e fluxos de investimento.

No domínio das relações políticas, a aproximação de nossas posições se manifesta em vários campos e nosso compromisso firme com a causa da não-proliferação é apenas um exemplo da sintonia de nossas percepções.

Outro exemplo que julgo significativo foi o entendimento que alcançamos ao longo da recém-concluída Cúpula das Américas. A lição que tiro da Cúpula foi o amadurecimento da consciência de que o futuro da integração hemisférica exige uma parceria desimpedida entre nossos países. O Brasil está firmemente comprometido com as metas de Miami, e entende que neste país é irreversível a compreensão de que o melhor interesse norte-americano está na construção de uma zona de prosperidade e desenvolvimento das Américas.

Senhoras e Senhores,

Ao honrar-me com seu voto, o povo brasileiro me deu um mandato claro: concluir as reformas de que o País precisa para consolidar o seu novo ciclo de desenvolvimento com estabilidade monetária, combater a injustiça social, contribuir para a construção de um País melhor. Esse Brasil renovado nasce com um compromisso de trabalhar por uma ordem internacional aberta, voltada para o desenvolvimento e que faça do ser humano seu valor central. Esse é o norte que orientará a política externa brasileira. Esses são os valores que unem Brasil e Estados Unidos.

- X Discurso do Senhor Presidente da República,
 Fernando Henrique Cardoso, sob o título
 “É tempo de uma nova parceria”, por ocasião
 da cerimônia de sua chegada à Casa Branca.
 Washington, 20 de abril de 1995.

Senhor Presidente,

Eu sei que hoje é um dia em que celebramos a amizade entre nossos países.

Nesse momento, no entanto, permita-me expressar-lhe meu profundo pesar pelo ato de barbárie que fez tantas vítimas inocentes ontem em Oklahoma City.

Em nome do povo brasileiro, trago-lhe a mensagem de nossa solidariedade para com o povo norte-americano, e especialmente com a família das vítimas dessa violência.

Senhor Presidente, esse ato terrorista não agride apenas a América, ele agride todos os que acreditamos na paz, na democracia, e na liberdade para todos.

Senhor Presidente,

Venho aos Estados Unidos da América com o desejo de aproximar ainda mais nossos dois países. Traz-me a convicção de que é chegado o momento de alçarmos as nossas relações a um novo patamar que permita a nossos povos explorarem plenamente as possibilidades de cooperação que oferecem Brasil e Estados Unidos.

É longa a amizade que nos une.

É amizade fundada em uma história de valores partilhados e empreendimentos comuns.

A defesa da liberdade sempre foi o traço mais marcante dos Estados Unidos da América. Esta terra recebeu todos aqueles que vieram em busca do Sonho Americano, do sonho descrito por Jefferson em 4 de julho de 1776: todos os homens têm direitos, entre eles à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

Eu próprio, Senhor Presidente, em tempos menos felizes da história de meu País, aqui busquei novos horizontes. Exilado por um regime que via ameaça em um Professor de Sociologia, testemunhei nos Estados Unidos o valor da liberdade.

Tantos anos depois, tanta história depois, o destino me reserva a honra de voltar a este país.

Já não venho em busca de liberdade. Liberdade nós conquistamos em casa.

Venho como Presidente de um Brasil que se reencontrou com a mais verdadeira vocação de seu povo: a democracia. De um Brasil que está sendo capaz de construir uma sociedade livre que deseja ser justa, onde gente de todas as origens busca realizar, em paz, seu desejo de uma vida melhor.

Para chegarmos à democracia consolidada, nem sempre foi fácil o percurso. Foi preciso determinação e serenidade. Hoje, com orgulho posso dizer: fui eleito no marco de um sistema onde todos os setores sociais são ouvidos e a vontade da maioria é respeitada.

A sociedade brasileira mudou; a prática democrática comanda as relações sociais. A eleição de quem representava um projeto efetivamente novo de transformação foi natural.

Sou o Presidente de um País renovado. De um País que inicia um novo ciclo de prosperidade. Derrotamos o processo inflacionário, abrimos a economia, promovemos nossa integração em uma economia global, voltamos a crescer.

O povo brasileiro sabe que a liberdade não é só política: é também econômica. Sabe que o desenvolvimento não se faz sem

justiça social: Compreende que responsável e cuidadosa deve ser a condução do processo de expansão econômica.

Ao encontrá-lo em dezembro último, Senhor Presidente, soube que a integração hemisférica encontrara um defensor à altura dos ideais que sempre a inspiraram. A convocação da Cúpula de Miami assegurou-lhe lugar decisivo na história de nosso Hemisfério. O Brasil está comprometido com os resultados da Cúpula.

Somos um Hemisfério em Paz, em que prevalecem os melhores valores ocidentais e com extraordinário potencial de parcerias econômicas. Em nenhum outro lugar do mundo é tão grande a comunhão de perspectivas. O Senhor, Presidente Clinton, teve a ousadia de ver que, em um mundo interdependente, a prosperidade de todos os países da região é também do interesse de seu país. Mais do que sua visão, suas ações concretas também apontam nesta mesma direção.

De nossa parte, a experiência bem sucedida do MERCOSUL mostrou-nos que a integração aprofunda laços e o sentido de cooperação e solidariedade.

Somos as maiores nações do Continente, compartilhamos os problemas e as virtudes de nosso tamanho, fomos formados com a contribuição dos mais diversos povos. Fazem parte de nosso patrimônio comum os valores democráticos, a promoção dos direitos humanos, a consciência de que as questões ambientais devem ocupar lugar central em nossas ações de Governo, a concordância na compreensão de que, entre os fatores de estabilidade internacional, estão a firmeza no compromisso do desarmamento e da não-proliferação e a aspiração a que se atenuem as disparidades entre ricos e pobres.

Temos visões próprias e nítidas do mundo. Queremos a paz e a segurança internacionais em bases sólidas. Há cinquenta anos, lutamos como aliados, na Segunda Guerra Mundial, na defesa da liberdade. Estarmos juntos é a vocação de Brasil e Estados Unidos.

Ao iniciar, Senhor Presidente, lhe dizia que é longa a amizade que une nossos dois países.

Mais do que o passado, entretanto, o que nos une é o futuro. É tempo de uma nova parceria.

Trabalharmos juntos na aproximação ainda maior de nossos dois países. Este é o desafio que teremos pela frente.

Convidá-lo a aceitarmos juntos este desafio é a mensagem que lhe trago do povo brasileiro.

Muito obrigado.

- XI Discurso do Senhor Presidente da República,
 Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
 almoço que lhe foi oferecido pelo Senhor
Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore.
 Washington, 20 de abril de 1995.

Senhor Vice-Presidente,

Senhoras e Senhores,

Seu país despertou esta manhã sob o choque de um ato infame. Ontem, a violência terrorista atingiu fundo este país. Minhas primeiras palavras são assim de sentimentos para a família das vítimas da tragédia de Oklahoma , bem como de solidariedade de todos os brasileiros para com a Nação norte-americana.

Senhor Vice-Presidente,

Queria inicialmente manifestar-lhe minhas palavras de agradecimento ao Governo norte-americano pela calorosa acolhida proporcionada a mim e a minha comitiva.

O que me traz aos Estados Unidos da América, ainda no início de meu Governo, é a certeza de que estão dadas as condições para que o Brasil e Estados Unidos desenvolvam uma nova parceria.

Essa nova parceria é corolário natural das múltiplas convergências que nos aproximam.

Os laços de amizade e cooperação que unem nossos países têm sua origem em nossa Independência Nacional, quando a então jovem República norte-americana foi o primeiro país a nos reconhecer como nação livre. São, ainda, laços que se traduzem na admiração e na amizade de nosso povo pelo povo norte-americano.

Esse é um patrimônio de que muito nos orgulhamos.

Nem sempre, porém, o relacionamento bilateral pôde explorar todo o potencial existente, em razão de algumas incompreensões mútuas, hoje amplamente superadas. A origem daquelas incompreensões talvez esteja na possível dificuldade de entender o processo de transição política e econômica empreendido pelo Brasil. O fato de as reformas no Brasil se terem processado talvez mais lentamente do que alguns poderiam esperar deve ser visto, porém, no que ele tem de positivo. Significa que o país nunca abriu mão de caminhos próprios. Significa que a sociedade amadureceu suas escolhas. Significa que reformas políticas e econômicas puderam caminhar juntas.

Orgulha-se hoje a sociedade brasileira, Senhor Vice-Presidente, da coragem com que levou adiante os esforços de reformas dos últimos anos.

Sem traumas e sem violências, meu País consolidou a ordem democrática, fortaleceu o pluralismo de sua sociedade e está forjando um novo modelo de desenvolvimento.

É deste Brasil renovado que trago a mensagem da amizade que nos deve unir ante os desafios da definição de um novo arcabouço político internacional que responda adequadamente aos desafios do pós-Guerra Fria.

Somos duas nações unidas pela História, mas somos sobretudo dois países unidos por um futuro promissor de cooperação.

Somos ambos países-continente.

Ambos tivemos a felicidade de contar com gente de todas as partes do mundo em nossa formação.

Estamos, sobretudo, unidos por um universo de valores partilhados; e que se exprimem na vida democrática e na liberdade individual.

São os mesmos valores que nos levaram a lutar como aliados na Segunda Grande Guerra; são os valores que saíram vitoriosos dos longos anos da Guerra Fria.

Nosso acervo comum inclui ainda a promoção ampla dos direitos humanos e a proteção do meioambiente. Temos obrigações nacionais e internacionais nessas áreas. Permanecem válidos os compromissos que assumimos no Rio de Janeiro, em 1992, com a cooperação internacional para o meioambiente.

Em um mundo que consagra a democracia, a economia de mercado e faz da Paz uma aspiração universal, Brasil e Estados Unidos devem estar juntos na tarefa de traduzir esses valores em conquistas concretas.

Ao longo da Cúpula das Américas, para cujo êxito sabemos que Vossa Excelência teve contribuição importante, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos deixou claro que qualquer projeto consistente de integração hemisférica exige uma ação concertada das duas maiores democracias hemisféricas.

Na área da não-proliferação, amadureceu o entendimento de que os mecanismos patrocinados pelo Brasil dão ampla garantia de nosso compromisso com a Paz e com o uso pacífico da energia nuclear.

A Diplomacia brasileira tem tido papel relevante nos organismos internacionais, tanto na esfera econômica, quanto na área de solução pacífica de controvérsias. O mundo pós-Guerra Fria exige que repensem o quadro das instituições multilaterais. A ONU precisa ganhar efetividade com base na representatividade de suas decisões. O sistema financeiro internacional deve estar preparado para enfrentar os efeitos da globalização. A OMC deve ser plenamente implementada e ser garantia de expansão dos fluxos internacionais de comércio.

Na esfera econômica, a afirmação no Brasil de um novo modelo de desenvolvimento teve efeito positivo nas relações de comércio e nos fluxos de investimento entre nossas economias.

Senhor Vice-Presidente,

Ao manifestar-lhe minha confiança em que juntos seremos capazes de desenvolver uma agenda bilateral afirmativa, gostaria de convidar os presentes a me acompanharem no brinde que faço à felicidade pessoal do Vice-Presidente Al Gore, e ao contínuo desenvolvimento e bem-estar de nossos povos.

Muito obrigado.

XII

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que lhe foi oferecido pelo Senhor
Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton.
Washington, 20 de abril de 1995.

Senhor Presidente,

Este jantar foi um momento agradável. No entanto, sei que seus pensamentos estão também com as vítimas da tragédia de Oklahoma. Aproveito esta ocasião para reiterar minhas palavras de sentimento e solidariedade para com Vossa Excelência e o povo norte-americano.

Em nosso encontro desta manhã, tivemos ocasião de falar sobre a amizade que sempre uniu nossos povos, bem como sobre os diversos pontos em comum entre nossos países.

Este é momento para uma nota de caráter mais pessoal. Desejo estender-lhe desde logo meu agradecimento pela acolhida fraterna com que fomos recebidos, Ruth e eu, nesta capital. Esteja certo de que levaremos de volta ao Brasil recordações gratas desta visita. Reconhecemos nas atenções que nos foram dispensadas a importância que o Governo dos Estados Unidos atribui não só a mim, mas sobretudo ao Brasil e ao seu povo.

Queria também expressar minha admiração e amizade por Vossa Excelência. Sei que, no centro de suas preocupações, está a busca de como combinar o necessário progresso material com a promoção de condições de vida dignas e com a valorização da comunidade. Também sei que sua ação como Chefe do Executivo pauta-se invariavelmente, em meio às demandas contraditórias de nossos tempos, pelo caminho da razão e do entendimento.

São estas as qualidades exigidas dos líderes, nos dias de hoje, para que resgatem para a política seu sentido mais nobre de ser a busca do bem comum. Pois a política, mais do que a arte do possível, é a ferramenta com que são feitas as utopias e com a qual elas se transformam em realidade.

Para manejá-la são necessárias a humildade, que ensina que para encontrar a verdade é preciso ouvir sempre o povo, e a determinação, que leva a perseguir um futuro melhor mesmo ante as resistências dos que temem as mudanças.

São essas, também, as virtudes que têm orientado a sociedade brasileira em seu longo esforço de criar um Brasil que está hoje renovado, com crescimento, liberdade e justiça social.

Para falar à sociedade norte-americana deste Brasil que ingressa em novo período de desenvolvimento, tive a satisfação de ser seu convidado nos últimos dias.

A mensagem que lhe trago é simples, Senhor Presidente, é a mensagem da amizade que sempre uniu nossos dois países, que deve ser a base de uma nova parceria, em que Brasil e Estados Unidos partilham uma aspiração comum à prosperidade, liberdade e paz.

No plano pessoal, não poderia esquecer que, em 1964, quando começaram a circular rumores de minha prisão iminente, Ruth decidiu que deveríamos esconder-nos. A primeira visita que recebi em meu esconderijo foi a do então Cônsul norte-americano em São Paulo, que tinha chegado a nós por meio de nossos amigos. Vinha oferecer-nos vistas para os Estados Unidos, onde poderíamos viver em liberdade. Posteriormente, nos anos duros do autoritarismo, foi também em universidades e fundações americanas que encontrei estímulo e apoio.

Senhor Presidente,

Ao expressar minha confiança no aprofundamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, gostaria de convidar os presentes a me acompanharem no brinde que faço à felicidade pessoal do Presidente Bill Clinton e de Ms. Hillary Clinton.

Muito obrigado.

Senhora Presidenta do Conselho Permanente,

Senhor Secretário-Geral,

Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Argentina,

Senhores Representantes e Observadores Permanentes,

Senhores Representantes de Organizações Internacionais,

Senhoras e Senhores,

Agradeço as referências que ao Brasil e à minha pessoa fizeram o Senhor Secretário-Geral, Presidente Cesar Gaviria, e a Senhora Presidenta do Conselho Permanente, Embaixadora Marlene Villela de Talbot.

A Vossas Excelências e a todos os Representantes Permanentes, quero transmitir a mensagem de amizade do povo brasileiro a todas as nações amigas do nosso Continente.

A amizade dos povos da América é para nós, brasileiros, uma herança de extraordinária significação, uma fonte permanente de inspiração para que novos laços de aproximação sejam tecidos entre nossos países.

Recordamos no Brasil, neste dia 21 de abril, a morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói da independência brasileira. Uma palavra sintetiza a nossa homenagem a esse e a outros próceres deste Continente: liberdade.

E liberdade é ainda a força que nos move na construção de uma América democrática, com sociedades mais justas e prósperas.

Senhores Representantes Permanentes,

A visita de Presidentes brasileiros a esta Organização é uma tradição que demonstra a importância que o Brasil atribui ao trabalho aqui desenvolvido.

Tancredo Neves, falecido há exatos dez anos, afirmou nesta mesma sala, em janeiro de 1985, na condição de Presidente-eleito, que : (passo a citar)

“a importância que o Brasil atribui à OEA está na mesma medida dos esforços que fazemos em todos os campos das relações exteriores do País para alcançar seus objetivos de paz, de desenvolvimento e de bem-estar social” (fim de citação).

Mais recentemente, em setembro de 1986, o Presidente José Sarney reafirmou, neste Salão das Américas, o firme compromisso do Brasil com a democracia e o apoio que o País presta à OEA.

O apoio do Brasil a esta Organização tem significado muito especial neste mundo em rápida e permanente transformação política e econômica.

A globalização do sistema produtivo é realidade incontestável, com repercussões em todos os níveis da vida contemporânea. A interdependência aprofunda-se e a integração regional se acelera.

Globalização e regionalismo não devem ser, de forma alguma, impulsos contraditórios. São faces da mesma moeda, que apontam para a expansão dos mercados e para a escala ampliada das estruturas produtivas. Para harmonizar esses movimentos, contudo, a ação dos organismos multilaterais é decisiva.

Hoje, todos os temas da agenda internacional ganharam dimensão multilateral. Para que esses temas avancem, para que o

trabalho das organizações internacionais frutifique é necessário que estes organismos respondam às necessidades de seu tempo.

Há um dado positivo que nos traz otimismo e esperança: está ocorrendo uma convergência cada vez mais acentuada de valores no plano mundial.

É contra esse pano de fundo que devemos avaliar o papel da Organização dos Estados Americanos neste momento de transformação. A OEA deve renovar-se permanentemente, a fim de poder influir naqueles temas que compõem o próprio cerne da agenda internacional.

Senhoras e Senhores,

A atuação das organizações internacionais é vital para assegurar o respeito, por todos os Estados, às normas de convivência internacional das organizações mundiais e regionais .

O Brasil luta pelo fortalecimento do império da lei nas relações internacionais e pela democratização do processo internacional de tomada de decisões sobre questões do legítimo interesse de todos e de cada povo.

Por esta razão, o Governo brasileiro apoiou o processo de reforma da Carta da Organização, do qual o elemento fundamental é o Protocolo de Washington, aberto à assinatura dos Estados membros em dezembro de 1992. Tive o privilégio de assinar naquela ocasião este instrumento, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

É assim, com grande satisfação, que anuncio que farei, em seguida, o depósito do instrumento de ratificação do Protocolo de Washington, que institui mecanismo destinado a consolidar a dedicação da Organização aos propósitos de defender a democracia representativa em nosso hemisfério e de eliminar a pobreza crítica.

Um dos primeiros exemplos de atuação recente da OEA no encaminhamento de ações para restaurar a legitimidade democrá-

tica deu-se no Haiti. Congratulo-me com o retorno do Presidente Aristide ao posto que lhe cabia de direito por haver sido eleito pela maioria da população haitiana.

Senhoras e Senhores,

O Brasil é hoje uma democracia consolidada.

O povo brasileiro foi o agente de um movimento de mudança política que hoje não admite alternativas à democracia e não tolera a corrupção.

Também no terreno econômico o Brasil deu grandes passos. Estabilizamos a economia, que voltou a crescer. Estamos iniciando as reformas constitucionais que darão condições de sustentabilidade ao Plano Real.

As transformações política e econômica se desenvolveram de forma paralela. Uma reforçou a outra. Responderam, ambas, a um desejo de mudança que se consolidou definitivamente no povo brasileiro.

Senhoras e Senhores,

A política externa de meu Governo atribui prioridade às relações hemisféricas.

Paz e cooperação são as diretrizes máximas que presidem a ação da diplomacia brasileira nas Américas.

O MERCOSUL e o interesse brasileiro de que outros esquemas de integração regional se aprofundem são prova disto.

Registro, com satisfação, o papel dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, no recente conflito entre o Equador e o Peru. A paz entre esses dois países é uma certeza, com base no cumprimento e na efetiva implementação das disposições da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995.

Nas conversas que tive com os Presidentes Sixto Durán-Balén e Alberto Fujimori, ambos sempre manifestaram boa disposição para um encaminhamento construtivo da situação.

Desde 1985, com o fortalecimento dos dispositivos da Carta da OEA relativos ao papel da Organização na promoção e defesa da democracia e, mais especificamente, a partir do início da década de 90, com o Compromisso de Santiago, a Resolução 1080 e o Protocolo de Washington, a Organização dos Estados Americanos ingressou em novo patamar de participação ativa no processo de democratização dos Estados americanos.

O compromisso com a preservação e o fortalecimento da democracia é patrimônio singular da nossa Organização regional. Nesse sentido, quero manifestar meu apoio a medidas que venham a reforçar a Unidade para a Promoção da Democracia.

Em combinação harmoniosa com a promoção e a defesa da democracia, está a atividade da Organização na promoção do respeito aos direitos humanos. Reconheço a relevância dos trabalhos da Comissão e da Corte Interamericanas de Direitos Humanos, bem como reitero a determinação do Governo brasileiro de cooperar com essas e outras entidades internacionais na promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Está claro que o trabalho dessas entidades será tão mais efetivo quanto mais universal for a adesão dos Estados do Hemisfério ao Pacto de São José e ao cumprimento de suas disposições.

A situação dos direitos humanos em meu país apresenta hoje sensíveis progressos. Meu Governo está decidido a encaminhar o país para soluções definitivas para conter a violência e a impunidade nos grandes centros e nas zonas rurais.

As violações dos direitos humanos são, em grande parte, resultado da condição de pobreza e de miséria ainda reinantes no Continente. A comunidade interamericana tem um papel a desem-

penhar nesse tema tão sensível à quase totalidade dos Estados membros desta Organização.

Senhoras e Senhores,

A OEA está sendo chamada a desempenhar novas funções.

Reunidos na Cúpula das Américas, em Miami, os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério decidiram que a OEA terá papel importante no processo de seguimento da Cúpula, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com outros organismos do Sistema Interamericano.

Em seus documentos finais, a Cúpula abarcou, de forma vigorosa e direta, praticamente toda a agenda diplomática do Continente.

Cabe menção especial ao processo de integração econômica. Estou seguro de que, pela via da integração sub-regional, a meta da conclusão, no ano 2005, do processo negociador, que viabilizará a criação da “Área de Livre Comércio das Américas”, será alcançada.

A Organização dos Estados Americanos terá um desafio rico e complexo para tornar possível esse objetivo.

Especialmente a Comissão Especial de Comércio, que atualmente contribui para a preparação da Reunião Ministerial de Comércio do Hemisfério Ocidental, a realizar-se proximamente em Denver.

Senhoras e Senhores,

O Brasil atribui especial relevância à cooperação solidária para o desenvolvimento, objetivo hemisférico que receberá impulso com a próxima entrada em vigor do Protocolo de Manágua, de 1993, de reforma à Carta da OEA. Este novo instrumento encontra-se em fase final de aprovação pelo Congresso brasileiro.

Foi inspirado pelo ideal da cooperação solidária para o desenvolvimento que o Governo brasileiro decidiu criar — e pretende

colocar logo em funcionamento — o Fundo Brasil de Cooperação para financiar projetos a serem implementados, em associação com a OEA, em áreas de interesse dos países de menor desenvolvimento de nosso Hemisfério.

Vejo com satisfação a ampliação da atuação da OEA para áreas tão abrangentes e vitais para a formação das gerações futuras, como a da proteção do meio ambiente, a cooperação interamericana nos campos da educação, da ciência e da cultura, e a do combate ao tráfico de entorpecentes.

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que temos acompanhado a atuação decidida do Secretário-Geral César Gaviria, com toda a sua experiência e sua sensibilidade política, na busca de um sistema interamericano fortalecido e renovado, de uma OEA adaptada aos desafios e às necessidades de nossa época.

Quero registrar ainda uma palavra especial de apreço ao Embaixador João Clemente Baena Soares, que por dez anos dirigiu a Secretaria-Geral da OEA e deu um impulso notável à Organização na promoção dos ideais de paz, de fortalecimento da democracia e de cooperação solidária para o desenvolvimento.

Senhores Representantes Permanentes,

Somos um Continente com vocação para a Paz e prosperidade. Não conhecemos a intolerância ou a violência indiscriminada.

Tenho confiança no futuro das nações americanas. Havemos de forjar neste Hemisfério, como exemplo para todo o mundo, sociedades justas, livres e democráticas.

A Organização dos Estados Americanos tem um papel fundamental a desempenhar na realização desses ideais.

Muito obrigado.

XIV

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, sob o título
“O Brasil e os desafios atuais”, por ocasião
de almoço no National Press Club.
Washington, 21 de abril de 1995.

É com prazer que compareço a este encontro no National Press Club. Aprecio o trabalho da imprensa. Contribuí regularmente com artigos para o jornal semanal "Opinião", que foi dos primeiros a romper com a censura autoritária nos anos 70. Foi uma das primeiras atividades propriamente políticas que desenvolvi, pois tive de abandonar a linguagem acadêmica do cientista social para empregar, em minhas contribuições para o jornal, linguagem política mais direta. Posteriormente, já como homem público, tive oportunidade de escrever colunas regulares e artigos para outros jornais brasileiros.

Uma imprensa livre e atuante é um dos instrumentos mais valiosos das democracias. A imprensa teve papel decisivo na redemocratização do Brasil e continua a exercer vigilância permanente sobre o funcionamento das instituições do País.

Estarei à disposição de todos os presentes para uma conversa franca. Procurarei responder de modo direto às perguntas que me forem feitas. Antes disso, gostaria de transmitir-lhes algumas das idéias principais que tenho expressado nesta minha visita de Estado aos Estados Unidos.

A visita a este grande país é uma das primeiras que faço ao exterior. Desejei que assim o fosse. Ainda como Presidente-eleito, encontrei-me com o Presidente Clinton em Miami, em dezembro último, na Cúpula das Américas. Conversamos sobre vários temas da agenda internacional e sobre o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. Nossos pontos de vista eram em grande parte coincidentes. O Brasil tinha tido então papel importante, reconhe-

cido de público pelo Presidente Clinton, para o êxito da Cúpula. Ficou claro para mim que ambos os países deviam colocar suas relações num novo patamar. Deveriam dar um salto qualitativo no diálogo bilateral que refletisse, afinal, os diversos pontos de interesse comum de nossos dois países. A nós, Presidentes, cabe o papel de dar o impulso político em mais alto nível para que isto aconteça.

Brasil e Estados Unidos partilham os mesmos valores democráticos e os mesmos princípios da economia de mercado. Não como valores abstratos ou fins em si mesmos, mas antes como o melhor caminho para promover o bem-estar e a prosperidade de seus cidadãos.

A afinidade entre os dois países vai além dos valores gerais para situar-se no plano mais concreto do comportamento coletivo de nossas sociedades. Estados Unidos e Brasil foram e continuam a ser a terra da oportunidade. A perspectiva real de alcançar a prosperidade moldou de forma definitiva o caráter de nossos povos. O desejo do progresso e a conseqüente mobilidade social são traços comuns a ambos os países. Reconhecemos valor ético no desejo de empreender, de criar, com o trabalho, riqueza não só para si, mas para a coletividade.

No pós-Guerra Fria, a importância dos parceiros não se mede apenas pelos padrões estratégicos antes dominantes. O fim da Guerra Fria é o fim do monopólio das variáveis estratégicas. As parcerias constróem-se sobretudo nos potenciais revelados em outros campos, na afinidade de visões políticas, nas perspectivas de comércio e investimentos, na base tecnológica, nas possibilidades de atuação conjunta nos foros internacionais, nas convergências de visão sobre os grandes temas da agenda internacional.

Com a estabilidade da economia brasileira e seu crescimento, expandiram-se consideravelmente as correntes de comércio nos dois sentidos. As reformas que estamos empreendendo para dar

condições de continuidade ao crescimento criarão oportunidades para novos investimentos produtivos no Brasil.

Minha viagem aos Estados Unidos consolida e reforça uma fase positiva no relacionamento bilateral. As relações favoráveis permitem que hoje o conhecimento recíproco se organize de forma positiva. Deixamos para trás incompreensões produzidas frequentemente pela ausência do diálogo imprescindível para encaminhar temas mais complexos de interesse mútuo. E trouxemos para o centro de nossas atenções a aproximação econômica entre os dois países.

Criamos recentemente um Conselho de Desenvolvimento Empresarial, para impulsionar as relações comerciais bilaterais. Estamos dando os passos necessários para fazer avançar o processo de integração hemisférica. É certo que nossos países têm compromissos com os mecanismos distintos de integração e livre comércio a que pertencem: o Brasil, com o MERCOSUL; os EUA, com o NAFTA. Mas a aproximação entre os dois esquemas é desejável e necessária, pelo próprio interesse mútuo daqueles que, em termos de volume, são os dois maiores acordos de comércio no Hemisfério. Exigirá, sem dúvida, negociações de grande complexidade, pois o MERCOSUL e o NAFTA são acordos de escopo e amplitude diferentes. No entanto, o Presidente Clinton e eu reiteramos em nossos encontros nosso compromisso com a integração hemisférica, que endossamos na Cúpula de Miami.

Queria, ainda, estender-me um pouco sobre alguns aspectos da realidade brasileira contemporânea. O Brasil é um País de grandes dimensões. Sua economia está entre as dez maiores do mundo. Sua população ultrapassa as 160 milhões de pessoas. É também um País de tradição pacífica, que não tem conflitos externos com qualquer outra nação. Temos assim projeção externa natural, que desejamos ampliar. Estamos assim assumindo responsabilidades internacionais crescentes. Recentemente, tivemos, na qualidade de coordenador dos países-garantes do Protocolo do Rio, participação im-

portante na busca de uma solução pacífica para o conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru. Envolvi-me pessoalmente nos esforços que resultaram no cessar das hostilidades. O Brasil também tem ampliado sua participação nas operações de paz conduzidas pelas Nações Unidas, em particular nos países que nos são mais próximos.

Outro aspecto do Brasil atual que não poderia deixar de mencionar é o da estabilização conjugada com o crescimento que a economia brasileira vem experimentando. O PIB do Brasil cresceu 5,7% em 1994, com a inflação sob controle. A economia brasileira soube responder ao desafio da maior competitividade. A liberalização comercial foi seguida no Brasil, como em nenhum outro país do Sul, de uma verdadeira modernização e melhoria da produtividade e da qualidade. O Brasil tem a maior e mais sofisticada indústria das economias em desenvolvimento. É também grande produtor e exportador de alimentos.

As recentes medidas de ajuste no Plano Real, com a elevação das tarifas de importação para alguns produtos, respondem ao objetivo maior de preservar a estabilização. Foram medidas necessárias. Tomadas após análise cuidadosa de todas as alternativas. Não significam, de modo algum, meia-volta no processo de abertura comercial. São medidas temporárias. Seria irresponsabilidade deixar de efetuar as correções pontuais de rumo no Plano Real no momento em que haviam mudado variáveis importantes no cenário internacional.

Vivemos no Brasil regime democrático pleno. É isto o que dá garantia de que as ações governamentais serão sempre transparentes. É o que assegura a continuidade das reformas econômicas necessárias para dar sustentabilidade ao Plano Real. É a melhor proteção contra a corrupção. Um dos grandes saltos que o Brasil deu nos últimos anos foi justamente o de uma mudança de mentalidade em que a honestidade, a rejeição à corrupção, deixou de ser apenas um valor individual e passou a ser um valor coletivo. Passa-

mos pelo *impeachment* de um Presidente e por um processo interno no Congresso que levou ao afastamento de seus membros acusados de corrupção. A sociedade brasileira não está disposta a fazer concessões em suas demandas por justiça, honestidade e ética. A democracia só funciona assim: o cidadão que vota é o cidadão que cobra resultados. O País já não comporta qualquer margem de tolerância em relação à corrupção.

Fui eleito com base num programa que incluía a estabilização e as reformas para assegurá-la. Mas que complementava a agenda da estabilidade com medidas sociais de amplo alcance. Sou membro fundador da Partido da Social Democracia Brasileira. Tenho compromissos com um conjunto de princípios.

Ser social-democrata no Brasil significa não apenas aceitar a correção dos desequilíbrios sociais como objetivo prioritário num país marcado por divisões sociais. Significa ir além. Significa reorientar os recursos e capacidade de ação do Estado para suas finalidades básicas de prover serviços básicos de educação e saúde a todos. Significa que o Governo deve ser um catalisador das mudanças necessárias. Para tanto, precisa estabelecer pontes com a sociedade civil, com as organizações da comunidade. Para que a ação do Governo alcance o cidadão comum, é preciso ouvir primeiro suas demandas, é preciso descentralizar e coordenar a atuação das agências governamentais em diversos níveis. O programa social de meu Governo é baseado na parceria Governo-sociedade e na noção de racionalizar a aplicação dos recursos. Na verdade, não há propriamente carência de recursos para os programas sociais do Governo brasileiro. Havia, sim, uso ineficiente dos recursos existentes, porque alocados segundo enfoque assistencialista que, além de ineficaz, se prestava a desvios e manipulações para fins políticos.

Corrigir desequilíbrios hoje em dia passa sobretudo por promover maior igualdade de condições no ponto de partida da vida de todos os brasileiros, criar, essencialmente, oportunidade igual de acesso à educação e à saúde. Não se constrói uma nação poderosa

quando grande número de cidadãos não têm perspectivas. Com uma população à qual se negue, desde o início, o direito à expressão de seu potencial, de sua capacidade de realização.

Trago, enfim, aos jornalistas aqui presentes, a mensagem de um Brasil novo, revigorado pelo crescimento e pela democracia. Com uma agenda social importante, que tem por objetivo recuperar a noção de cidadania no país. É um Brasil que está dando certo. É um Brasil que quer mostrar suas qualidades e sua força, mas que não nega e não esconde seus aspectos negativos, até porque felizmente tem uma imprensa livre e ativa. Nisto somos parecidos. Um forte traço comum aos dois países é a força e a influência de uma imprensa criativa, efetivamente livre.

Espero que esta mensagem positiva que trago do Brasil atinja o maior público possível nos Estados Unidos. O trabalho da imprensa é importante para ampliar, nos mais diversos setores da sociedade norte-americana, a percepção do Brasil como um país capaz de oferecer parcerias novas e promissoras.

XV

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título de "O Desenvolvimento: O Mais Político dos Temas Econômicos", no Center for Strategic and International Studies. Washington, 21 de abril de 1995.

I - Introdução

É para mim motivo de satisfação poder encontrar-me com um público como o que hoje se reúne aqui, voltado não apenas para a reflexão, mas também para a formulação de estratégias de ação. Reconheço, no auditório, alguns amigos de longa data da vida acadêmica, o que traz particular alegria.

Penso que tenho alguma familiaridade com o tema que gostaria de abordar hoje, o desenvolvimento como a mais política das questões econômicas. E desculpem-me se vou iniciar minhas palavras com uma autocitação. Mas verão que, neste caso, não é um tributo à vaidade, mas um recurso meramente analítico.

Um dos livros que escrevi e que tentava sintetizar uma versão da “teoria da dependência” se intitulava Dependência e Desenvolvimento na América Latina. A dimensão “desenvolvimento” que eu ali abordava acabou ficando esquecida. Naquele momento, em meados da década de 60, a “teoria do desenvolvimento” se identificava com teses funcionalistas que o meu ensaio com Enzo Faletto criticava. Assim, até para deixar clara a contraposição, os analistas se concentraram no aspecto “dependência”, já que essa era a novidade, a contribuição específica dos pesquisadores latino-americanos para a reflexão sociológica.

Não vou, aqui, propor um “aggiornamento” da teoria. Ela teve, em determinado momento, importância justamente por esclarecer limites e possibilidades, bem como as características do desenvolvimento latino-americano. Meu objetivo é mais simples: procurarei

fazer um exercício comparativo para mostrar o que mudou na perspectiva de desenvolvimento entre os anos 60 e os dias de hoje.

É claro também que não falarei simplesmente como um analista preocupado com os rumos do processo latino-americano, como fazia nos anos 60. Para mim, o desenvolvimento se transformou hoje em uma série de questões concretas, está incorporado a um processo político. Nos anos 60, perseguia mais a precisão analítica; agora, esse ainda é um objetivo, só que vinculado a opções que envolvem custos avaliados criticamente pelos setores sociais.

Minha trajetória, primeiro como intelectual e depois como político, ensinou-me que talvez o mais difícil dos problemas de Estado é fazer com que a melhor reflexão esclareça efetivamente opções. Refletir sem sensibilidade para o real leva à esterilidade. Como dizia Weber, "politics is made with the head, but not with the head alone". Agir sem o cuidado de esgotar o exame das opções possíveis e suas conseqüências seria, no meu caso, pecar contra Weber, contra a ética da responsabilidade. Enfim, o que aprendi é que a eficácia da gestão governamental está firmemente condicionada pela qualidade das idéias em que se inspira.

II - O Conceito de Desenvolvimento

Volto ao meu exercício comparativo. E um primeiro tema é precisamente o próprio conceito de desenvolvimento. Na década de 60, talvez o desenvolvimento se identificasse essencialmente com o progresso material, com o crescimento econômico. A análise de suas implicações tinha uma certa simplicidade: admitia-se que era o centro do processo social. Para alguns, o progresso material levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais. Para outros, os "dependendistas", a relação era mais complexa. O jogo político intervinha e, em função das formas pelas quais se organizava, o crescimento tomava rumos diferenciados, com efeitos também diferenciados na estrutura social.

Hoje, observo dois fenômenos paralelos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento parece um processo fragmentário. Deixa de ter a força fundadora e unificadora que tinha nos anos 60. Isto leva a uma multiplicação conceitual, nem sempre fácil de seguir. Fala-se de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento social, como agora em Copenhagen, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento com equidade.

Ainda que, nesta tendência, haja o risco de se tomar o parcial pelo geral, acredito que ela constitui claramente um ganho. O crescimento da economia passa a ser entendido como um elemento de um processo maior, e os resultados que produz não se traduzem automaticamente em benefícios na área ambiental ou social. Aliás, a reflexão sobre o problema ecológico é um dos fatores que desfez a simplicidade da hipótese original. De fato, percebeu-se, mesmo nos países desenvolvidos, que o simples crescimento trazia problemas reais, que colocariam dificuldades para “sustentar” o progresso. Ou, ainda mais precisamente: era fundamental pensar sobre a natureza do desenvolvimento que queremos.

De outro lado, as experiências autoritárias na América Latina mostraram também o descompasso entre o crescimento e a equidade. Os padrões de distribuição de renda se deterioraram em alguns casos. Ficou patente que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica.

III - Inserção Internacional e Desenvolvimento

Um segundo tema articulado pela “teoria da dependência” era a influência dos modos de inserção internacional dos países sobre as modalidades concretas de desenvolvimento. É, na teoria, a dimensão mais original, a da dependência propriamente dita. Aqui, também, a comparação entre os anos 60 e os 90 é interessante. É evidente que, nos últimos trinta anos, o capitalismo se tornou muito mais complexo. O fenômeno de globalização, que víamos, nos 60,

mais no plano da produção, com a expansão das empresas multinacionais, agora se ampliou de maneira extraordinária, especialmente no campo financeiro. Não preciso citar as cifras, bem conhecidas, do movimento das bolsas internacionais em um só dia.

Então, os países agora são mais “dependentes” do que ocorre no mundo, não só na definição de seus projetos de desenvolvimento, mas na própria gestão cotidiana da economia nacional. Uma diferença significativa é, porém, a que nasce do fato de que, em escala variada, os fenômenos de globalização não escolhem a identidade dos “atingidos”. Assim, tanto os desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento ganham e perdem com a globalização. Dou um exemplo: a necessidade de criar “defesas” em relação ao jogo especulativo das moedas não é uma necessidade exclusiva dos países em desenvolvimento. Se os fluxos de capital são disputados por países ricos e pobres, já que flutuam em obediência exclusiva às oportunidades de ganhos de curto prazo, todos encontram aí um nítido ponto de encontro de interesses. A comunidade internacional tem interesse comum em dotar-se de mecanismos para, ao mesmo tempo, combater os efeitos adversos da globalização e preservar as possibilidades, que a globalização encerra, de geração de maior riqueza em escala internacional.

Um outro dado contemporâneo é o de que imaginávamos que a dependência fosse um fator homogeneizador das possibilidades dos países em desenvolvimento para sair de sua condição de pobreza. Haveria, lembro, diferenças nas possibilidades de crescimento basicamente em função do controle do processo de acumulação de capital. Mas, em sua essência, os capitalismo central e periférico se afastavam. Mesmo que um País periférico crescesse — e meu livro foi controvertido porque admitia a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento —, o fazia de forma distorcida. Era como se condição periférica se tornasse fatal, um destino de injustiça.

Hoje, sabemos que isto não é verdade. Países que souberam gerenciar suas economias com sensibilidade para as transformações dos modos de produção do capitalismo e para as questões sociais tiveram rumos mais favoráveis do que outros. O caso dos tigres asiáticos é notório. O que restava de “determinismo”, talvez um resquício marxista, na teoria da dependência — e eu fui crítico do determinismo — certamente terá que ser fundamentalmente reformulado. O grau de influência da escolha política sobre a estrutura da economia é maior do que nos parecia nos anos 60.

Vista em perspectiva histórica, a situação é paradoxal. Os efeitos da globalização parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais. A sensibilidade para o internacional passa a ser um requisito indispensável do político moderno. De outro lado, a própria feição estruturante da globalização exige que esta sensibilidade se volte para as questões de longo prazo mais do que nunca, as opções de política econômica devem ser feitas com visão de futuro. Os estímulos que dermos hoje serão decisivos para definir, no longo prazo, as possibilidades de progresso.

IV - Modos de Produção e Desenvolvimento

Continuando a minha comparação, tocaria, agora, nas conseqüências da terceira revolução industrial para as sociedades. Quando escrevi, já era claro que um fator central para o desenvolvimento era a capacidade de acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos. Talvez a visão fosse ingênua pois não se anteviam ainda, com clareza, os problemas derivados do progresso. Ou melhor, não se anteviam na gravidade que vieram a ter. Falo, especialmente, do desemprego que se tornou o nó da problemática social dos países desenvolvidos e gera, para os países em desenvolvimento, problemas agudos. Na realidade, vivemos, em países como o

Brasil, o problema do desemprego derivado da modernização e, ao mesmo tempo, o que nasce simplesmente do atraso, da falta de oportunidades. Para encaminhar o problema, a agenda é abrangente. Existem políticas de educação e compensação social. Portanto, insisto, requer uma definição clara da sociedade que queremos.

V - O Problema do Estado

Nos anos 60, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso. Era promotor, estimulador, e, acima de tudo, uma força potencialmente autônoma. Para muitos teóricos da dependência, a solução só viria através da exacerbação das atribuições do Estado e, no limite, o próprio socialismo.

Hoje, esta visão se modificou radicalmente. Nos anos 80, a identidade positiva Estado-desenvolvimento se dilui e o Estado passa a ser visto quase como um obstáculo ao progresso. Não é só a ideologia neoliberal que ganha uma hegemonia temporária. Mais do que isto, é a própria falência material do Estado, tanto em países ricos, quanto pobres, que leva a um esforço de reforma que não pode ser modelado ideologicamente. Aliás, um outro dado fundamental nasce da falência dos modelos ideológicos. O Estado tem que resolver problemas concretos, com os meios concretos de que dispõe. O segredo da boa divisão de tarefas com a sociedade não pode nascer de uma fantasia ideológica, mas de compromissos negociados, fundados em consenso. Caso contrário, não serão efetivos. O Estado é ator fundamental, mas seu papel muda. Porque tem meios mais limitados, o que fará deve ser cuidadosamente escolhido. De novo, um paradoxo: até porque terá que escolher, tendo menos instrumentos a sua disposição, as ações do Estado tornam-se mais relevantes socialmente.

O fim da Guerra Fria levou a uma transformação nos próprios padrões nos quais os modelos de desenvolvimento vão buscar a sua legitimidade. Já não se trata da boa aplicação de uma ideologia, mas

de uma combinação complexa entre valores de moralidade, justiça, bem-estar e sua realização efetiva. As ideologias, sobretudo quando se encontravam em confronto, como nos anos 60, permitiam uma atitude, às vezes perversa, de deixar ao futuro a demonstração de que os problemas sociais poderiam ser solucionados. Explico melhor: se ideologicamente a escolha é “correta” hoje, estaria garantido o sucesso do projeto amanhã. Infelizmente, sabemos que os sucessos antecipados levaram a ilusões sobre a performance real de várias economias nacionais, que terminaram em colapso.

VI - O Regime Político

Talvez o ponto crucial da diferença entre os anos 60 e os 90 na América Latina seja a questão do regime político. A teoria da dependência nasceu no contexto autoritário. A análise se sustentava no exame de como os países se inseriam no capitalismo internacional no marco autoritário. Este levava ao desenvolvimento desequilibrado, desatento às necessidades sociais reais do povo. A democracia muda de forma radical a equação da dependência.

Nos anos 60, era clara a oposição entre autoritarismo e democracia. Para nós, intelectuais, naquele momento, a luta política fundamental objetivava o fim das limitações aos direitos civis e políticos. Supúnhamos que a democracia traria, quase como efeito automático, a melhoria das condições sociais do povo. Afinal, no plano teórico, admitíamos que os regimes autoritários constituíam um fator de distorção do crescimento.

Hoje, duas percepções novas se formam. Em primeiro lugar, já não acreditamos que a democracia se resuma a um conjunto de leis, a uma moldura institucional. Continuam pressupostos essenciais da vida democrática. Sabemos, porém, que a democracia deve estar enraizada nas práticas sociais, tornar-se, à Tocqueville, identificada com a própria cultura de um povo. Penso que, no Brasil, estamos chegando a esse estágio, que traz enormes complexidades

ao processo de governar, sobretudo em uma sociedade ainda plena de contrastes como a brasileira.

Diria que existe, de um lado, uma multiplicação dos atores que participam com vigor no processo de articulação de demandas. O campo político se amplia e passa a incluir, além dos partidos, as organizações não-governamentais — que proliferaram de forma extraordinária no Brasil —, a imprensa, que exerce um vigoroso papel crítico, os sindicatos e suas centrais, os grupos empresariais, as comunidades.

Esse fato traz conseqüências para a própria natureza do processo democrático. O diálogo democrático clássico entre o Executivo e o Congresso, balizado pelo Judiciário, se transforma e passa a ser um complexo jogo de equilíbrio entre as exigências da negociação política, as demandas sociais, organizadas em torno de temas fortes, como direitos humanos, meio ambiente, direito dos índios, e a pressão dos meios de comunicação de massa. De certo modo, o ambiente político é fortemente influenciado pela “media”, que trabalha com acontecimentos, com exigências de resultados diários, e as ações governamentais, sobretudo na área social, cujos resultados só se alcançam no longo prazo. A tensão é permanente e rica. Uma das conseqüências é a de que os Governos erram menos, tão forte e tão variado é o escrutínio da sociedade. Também se compreende que é impossível “realizar a democracia” sem que se estabeleçam parcerias criativas: para governar, entre o Estado e a sociedade; para produzir, entre Estado e o empresariado; para levar adiante as demandas sociais, entre o Estado e as organizações não-governamentais; para aperfeiçoar as condições de trabalho, entre o Estado e o sindicato.

Não temos mais a ilusão de classes sociais que liderassem unilateralmente o processo de desenvolvimento. Hoje, o desenvolvimento é problema que obriga a mobilização social ampla.

A democracia não “resolve” os problemas sociais, mas é uma condição necessária para encaminhá-los. A idéia de “transparência” não significa mais do que isto: a sociedade se conhece melhor, conhece melhor suas mazelas e dificuldades e, também, a capacidade efetiva de se transformar. As utopias ganham sentido realista. A vontade de transformação ganha contornos mais claros. Não nasce mais de um desígnio inexorável da história; nascerá do duro e cotidiano embate dos homens e das mulheres.

VII - As Relações Internacionais

A teoria da dependência não pretendia desenvolver uma visão das relações internacionais em sentido estrito, explicar opções diplomáticas. Ainda assim, valeria a pena lembrar que refletia alguns elementos do ambiente internacional. Os anos 60 vêem o início das negociações Norte-Sul e a perspectiva de que, através de arranjos negociados, balizados por algum critério de justiça — os pobres não se submeteriam a critérios de reciprocidade —, seriam atenuadas as disparidades internacionais de renda. Entendíamos que os Governos poderiam transformar as relações econômicas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Isto era a contrapartida de uma espécie de “subestimação” da necessidade de reformas no interior de cada país, derivada, como indiquei, de uma crença quase mágica no poder liberador da democracia.

Havia um outro elemento. Subjacente à teoria da dependência, havia uma psicologia de “receio externo”. De um lado, porque, de modos variados, ainda prestávamos homenagens, veladas, é verdade, à teoria do imperialismo. Porém, além disto, havia um dado concreto: a implantação autoritária na América Latina, sobretudo em seus primeiros momentos, foi feita com a conivência das Potências Ocidentais.

Com a crescente interdependência econômica mundial, alteraram-se as regras do jogo internacional. Se o Estado ainda é um ator essencial para definir as próprias regras em que se enquadram os

processos de interdependência, diminui em alguma medida o controle das variáveis que afetam, como lá aponte, os projetos de desenvolvimento. De outro lado, as negociações internacionais se tornam mais duras. As regras unctadianas de “não reciprocidade” praticamente desaparecem para um país como o Brasil. No campo comercial, a UNCTAD é substituída pelo GATT e, agora, pela OMC. Os países passam a ter que gerar poder econômico para conseguir obter resultados positivos em suas negociações internacionais. O fundamento da estratégia de regionalização — e menciono o MERCOSUL — está fundamentalmente ligado a essa nova percepção sobre as formas de projeção econômica nas nações. Afinal, se o jogo é de reciprocidades, é necessário ter o que oferecer, e a dimensão do mercado é o primeiro trunfo.

De outro lado, compreendemos que o desafio do desenvolvimento exige intenso trabalho interno. As reformas são bem conhecidas: a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infra-estrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde.

Sabemos que, do grau de progresso verificado nesses objetivos, depende, em grande parte, o sucesso dos países na disputa global por investimentos e mercados. Em suma, a “psicologia do receio” do internacional se transforma porque, hoje, ninguém duvida de que a competição internacional se concentra no estabelecimento de condições internas que determinarão de que maneira cada país se inserirá na economia internacional.

Insisto que isto não pode “desguarnecer” o Estado. Não podemos repelir o internacional como fazíamos na década de 60, nem adotar o que vem de fora como verdade inabalável. O problema é justamente o de reforçar o Estado para que se amplie a própria margem de opção sobre as oportunidades que o sistema internacio-

nal oferece e, conseqüentemente, diminuem as vulnerabilidades diante de problemas concretos.

A condução de políticas de forma responsável, com cuidado redobrado diante das conseqüências da globalização, é fundamental. Não podemos agir com complacência e inércia no setor externo, reagindo a eventos, invés de encaminhá-los ou preveni-los. Nesse sentido, penso que o exemplo brasileiro diante da crise financeira recente nos mercados emergentes é sintomático, ao adotar medidas de caráter preventivo após análise cuidadosa das alternativas existentes.

VIII - Conclusão

Não pretendi fazer uma excursão nostálgica à “teoria da dependência” e sim chamar a atenção para um problema central de nosso tempo, o desenvolvimento.

Ainda mais do que nos anos 60, o tema se tornou político no sentido forte da expressão. A fragmentação e ampliação do conceito de desenvolvimento, os novos dilemas da inserção internacional dos países, a difusão, entre ricos e pobres, do problema do desemprego, a reforma do Estado, a complexidade da gestão do Estado, são todas parcelas de uma questão central: o que queremos que nossas sociedades sejam no futuro.

Hoje, existirá convergência, quase universal, em torno dos valores da democracia, da justiça social, e da liberdade econômica. São valores orientadores e que estabelecem claramente o que não queremos. A volta ao autoritarismo, em qualquer de suas formas, é impensável no Brasil e na América Latina; desprezar as demandas por justiça social seria atitude irresponsável; recuar na compreensão de que o crescimento econômico depende de um ambiente de abertura econômica e de presença forte da iniciativa privada está fora de questão.

Porém, essa compreensão é um primeiro passo. Os outros — que significariam o desdobramento desses ideais — serão abertos pelo trabalho político, pela negociação cotidiana. Não podemos, porém, perder o ímpeto de mudar, de melhorar, de obter desenvolvimento e justiça social.

Penso que a minha disposição utópica, hoje mais temperada pelo realismo e pela responsabilidade, não se alterou. E, porque não é só minha, mas também é forte na sociedade brasileira, tenho um efetivo mandato para transformar o Brasil.

XVI

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da
cerimônia de formatura da "Turma
Tom Jobim", do Instituto Rio Branco.
Brasília, 28 de abril de 1995.

Senhoras e Senhores,

Caros Formandos,

É com emoção que volto a participar, agora como Presidente, da cerimônia de formatura dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco. Sou o primeiro Presidente brasileiro que teve a satisfação de ter antes exercido o cargo de Chanceler. Aprendi a respeitar o trabalho do Itamaraty e as tradições nascidas com Rio Branco, cujo sesquicentenário do nascimento se celebra neste ano.

Acolhemos, hoje, jovens que escolheram dedicar-se aos interesses maiores do País.

Como Servidores Públicos que, a partir de agora, têm o privilégio de integrar, pelo saber e pelas responsabilidades, uma verdadeira elite, devem ter presente que muito será exigido de cada um de vocês, na defesa das aspirações nacionais e dos valores do povo brasileiro.

Não é por acaso que os Diplomatas têm sido chamados a ocupar postos da mais alta expressão em várias áreas da Administração Pública. A solidez e a diversidade de formação, o espírito de disciplina e respeito à hierarquia, aliados à permanente disposição para negociar e aprimorar conhecimentos, fizeram dos Diplomatas funcionários que todos querem ter em suas equipes. Encarnam, afinal, o melhor sentido de serviço público, como pude comprovar no tempo em que estive à frente do Itamaraty.

Meus Caros Formandos,

A opção pela Diplomacia representa aceitar um caminho profissional que não será fácil. Serão anos de trabalho árduo, nem sempre em cenários aprazíveis. Serão longas horas de sacrifício e dedicação permanente à tarefa de auto-aperfeiçoamento. Sacrifício que muitas vezes se estenderá às suas próprias famílias.

Mas lembrem-se sempre de que, ao escolher a carreira de Diplomata, vocês estão respondendo a uma convocação de todo o povo brasileiro, que procura no Estado um instrumento do seu bem-estar, de sua segurança, da defesa da cidadania. Vocês aceitaram um mandato que traduz as esperanças de 160 milhões de brasileiros, que esperam dos Diplomatas trabalho nada menos que exemplar na defesa da voz da Nação em todo o mundo.

“De trabalho, faleceu o Barão”, diz parte da frase inscrita em seu derradeiro Gabinete no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro. Quando revejo as fotos magistras desse Gabinete, no princípio do século, em que uma cortina precária separa seu leito das já folclóricas escrivaninhas atulhadas com pilhas de papel, tenho, invariavelmente, uma forte sensação.

A mesma sensação que me ocorre quando visito, sempre que posso, a Catedral de Chartres, na França: a admiração diante do grande monumento, diante da própria história.

Daquela última sala de trabalho do Barão, ressoam os ecos das ações diplomáticas que deram ao Brasil, pela força pacificadora da razão e do argumento minuciosamente construído, a forma final de seu território continental.

É grande o desafio de ingressar numa Carreira que tem tradições tão sólidas a preservar, e brasileiros tão nobres a servir de exemplo, como o Barão do Rio Branco.

É dele o trunfo de ter conduzido a política externa brasileira em um de seus momentos de maior intensidade criativa, quando se

exigia uma combinação cuidadosa de sensibilidade política e sentido de futuro.

É dele a obra perene de ter legado ao Brasil o patrimônio de uma tripla conquista:

- a supremacia do realismo, do espírito negociador e conciliador sobre veleidades de poder ou de aventureirismo inconseqüente;

- a percepção de que, embora mais fraco na comparação com grandes potências mundiais, o Brasil dispunha de espaço onde exercer a defesa de seus interesses legítimos, explorando as alterações da própria estrutura mundial do poder e utilizando os instrumentos mais adequados que o sistema internacional oferecia para encaminhar os sempre delicados problemas das fronteiras;

- o cultivo cuidadoso e sensível das relações com nossos vizinhos do Prata, virando definitivamente a página de confrontos que marcaram parte de nossa história do século XIX.

É natural, assim, que a Diplomacia brasileira encontre no Barão do Rio Branco a figura de seu patrono, seu guia maior e fonte de permanente sabedoria.

Ao juntar-me às homenagens que os brasileiros fazem ao Barão, na passagem dos 150 anos de seu nascimento, quero prestar a essa figura maior de nossa História o meu tributo de cidadão e de Presidente da República, com o pensamento voltado para a grandeza de seu legado.

Se hoje o povo brasileiro pode viver em paz com seus dez vizinhos na América do Sul, se nossas fronteiras são, no presente, motivo de aproximação e não de repulsa dos países contíguos, isso se deve, em maior parte, à obra de Rio Branco.

Nós, cientistas sociais, acostumados a questões que supõe refletir sobre o Brasil já territorialmente formado, talvez não compreendamos imediatamente a importância e as implicações do trabalho de Rio Branco. Foi aqui, no Itamaraty, lidando com tranqüili-

dade com nossos vizinhos e entendendo as dificuldades que ainda suscitam, em outros lugares, as questões fronteiriças, que pude avaliar em toda sua extensão o alcance da herança que nos deixou José Maria da Silva Paranhos.

Senhoras e Senhores,

Não terá sido por acaso que os alunos que se formam no ano do sesquicentenário do Barão do Rio Branco tenham escolhido Antônio Carlos Brasileiro Jobim como seu patrono.

Tom Jobim revela, com seu talento, a vivência das cores e dos sons de sua pátria, elevando o Brasil, através de sua arte, às mais altas expressões da sensibilidade humana.

Conheci Tom pessoalmente. Aprendi muito com a desconcertante simplicidade de sua inteligência, com seu caráter e inteligência. Não só na música, mas também na arte de viver, Tom era um mestre.

Na semana passada, em Nova York, num belo concerto em sua homenagem na sala lotada do Avery Fisher Hall, só confirmei que Tom foi — e sempre será — um Embaixador universal do Brasil.

Os novos Diplomatas ingressam na Carreira num momento de mudanças profundas da vida nacional e do mundo.

Vão colocar seu entusiasmo e a força de sua criatividade a serviço de uma diplomacia que deve estar profundamente vinculada à realidade de uma sociedade renovada, que aprendeu a viver em liberdade; que começa a se beneficiar dos frutos da estabilidade econômica e que, acima de tudo, quer conquistar mais justiça e mais prosperidade para todos.

Num mundo em que a dimensão internacional e a nacional estão cada vez mais interligadas, a Diplomacia brasileira não pode ser conduzida como um projeto autônomo, com diretrizes de cima para baixo. Ao contrário, ela deve espelhar com precisão a vontade da cidadania, de seus agentes econômicos e das forças sociais e

políticas da Nação. O diálogo permanente com o Congresso é decisivo para que esse objetivo seja plenamente alcançado.

Tendo em vista esta necessidade de sempre ouvir os impulsos que vêm da sociedade brasileira, tenho procurado, em meu mandato, dar prioridade na área externa às seguintes linhas de ação:

- aprofundar os mecanismos de integração regional, a partir do MERCOSUL, com vistas à futura integração hemisférica;

- definir com clareza as parcerias estratégicas que o Brasil deve manter em nível bilateral;

- continuar a defender as regras, princípios e virtudes do multilateralismo na área econômica e política;

- ampliar o espaço de participação brasileira no processo decisório internacional, especialmente no que se refere à necessária mudança na composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deve refletir as características do mundo pós-Guerra Fria. Sabemos que um Conselho de Segurança com maior número de membros permanentes terá maior legitimidade e, portanto, mais eficácia. O Brasil estará pronto a assumir maiores responsabilidades nas ações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, caso venha a ocupar um assento permanente na estrutura ampliada do órgão;

- garantir as condições estruturais para a competitividade internacional, sobretudo a estabilidade das condições econômicas e, nesse sentido, mobilizar a comunidade internacional em torno dos problemas que a volatilidade dos capitais especulativos pode trazer, em particular para as economias em desenvolvimento, neste tempo de globalização dos mercados financeiros;

- reforçar internacionalmente os compromissos brasileiros com a não-proliferação de armas nucleares;

- aproximar o Brasil de organizações multilaterais, como a OCDE, que exprimam, em sua essência, a defesa da economia de mercado e de outros valores do ocidente democrático;

- dotar o Itamaraty de estruturas mais ágeis e ainda mais eficientes, em particular na defesa do cidadão brasileiro no exterior;
e

- aperfeiçoar a legislação que regulamenta o Serviço Exterior Brasileiro, sobretudo no que diz respeito à progressão funcional, de forma a dar aos jovens que iniciam sua vida profissional maior estímulo e recompensa à altura dos desafios cada vez maiores que estão sendo chamados a enfrentar.

Em suma, devemos ver nossos parceiros prioritários e o cenário externo como campo de oportunidades, sem receio de participar. Somos um grande País, e temos uma Diplomacia mundialmente respeitada. Nossa conduta sempre esteve alicerçada em instrumentos diplomáticos que buscam legitimidade em consensos amplamente negociados, o que nos credencia a defender uma ordem internacional justa e equilibrada, a melhor garantia da paz universal e duradoura.

Conto, para implementar estas linhas prioritárias de ação, com a competente colaboração do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, cujas qualidades profissionais há muito o fazem merecedor de minha plena confiança e estima pessoal.

Senhoras e Senhores,

Minha recente visita aos Estados Unidos pode servir de paradigma para a política externa que meu Governo está desenvolvendo. Não se trata de buscar relações privilegiadas ou excludentes com determinado país, mas sim de reforçar parcerias maduras e equilibradas, que oferecem oportunidades renovadas para o Brasil.

Meus encontros em Washington comprovaram que alcançamos um patamar de desenvolvimento que gera interesses naturais, os quais se traduzem em maiores oportunidades de cooperação e investimento, com vantagens efetivas para a sociedade brasileira .

Caros formandos,

Senhoras e Senhores,

Como tem sido freqüentemente lembrado, Tom Jobim disse certa vez que o brasileiro precisava aprender a gostar mais dos vencedores... E eu acrescentaria: porque um grande país se faz com vencedores.

O Barão do Rio Branco é um dos exemplos maiores em nossa história desse espírito vencedor. É este o caminho que devem perseguir os novos Diplomatas: não de ser vencedores, como o foi Tom Jobim, como o foi o Barão do Rio Branco e como será o Brasil.

Muito obrigado.

XVII

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido ao Senhor Presidente do
Conselho de Ministros do Líbano, Rafic Hariri.
Brasília, 12 de junho de 1995.

Senhor Presidente do Conselho de Ministros,

Em nome do Governo e do povo brasileiro, quero expressar a satisfação com que recebemos no Brasil a visita de Vossa Excelência.

Há mais de quarenta anos o Brasil não tem o privilégio de receber um alto mandatário libanês. Sua presença entre nós significa, assim, o reencontro entre duas nações que se respeitam e se admiram. Nossos países há muitas décadas são, um para o outro, uma referência obrigatória.

O Brasil orgulha-se de contar com a maior colônia libanesa em todo o mundo, formada por pessoas de vários credos religiosos, que aqui buscaram novas oportunidades, novas amizades e relações familiares.

Fizeram do Brasil sua nova pátria e ajudaram seu país de adoção a desenvolver-se, levando riqueza e cultura aos mais distantes rincões do território nacional. Sempre se identificavam com o progresso que chegava.

Os descendentes de libaneses são hoje mais de oito milhões de brasileiros, com uma expressiva presença nos meios intelectuais, acadêmicos, políticos e empresariais.

Era natural que, neste reencontro de Nações, o espírito da fraternidade que forma a base do nosso relacionamento presidisse o que desejamos seja um relançamento de sólida aproximação brasileiro-libanesa.

Sei que interpreto os sentimentos de todo o povo brasileiro ao saudar, em sua pessoa, um Líbano que se reconcilia consigo mesmo, um Líbano comprometido com a reconstrução nacional, que se prepara para voltar a assumir seu perfil tradicional de importante centro cultural, econômico e político.

Seus ideais de homem público e de Estadista de grande prestígio estão associados à reconstrução do Líbano, sintetizada no Plano Decenal de Desenvolvimento, de que Vossa Excelência é idealizador.

Da mesma forma, na pessoa da Senhora Nazek Hariri e na obra social e humanitária que realiza, saúdo a coragem e o trabalho da mulher libanesa, que hão de ser decisivos para consolidar a paz e o bem-estar no Líbano.

Senhor Presidente do Conselho,

No plano da política externa brasileira, sua presença no Brasil neste momento assume significado especial.

Estamos reforçando parcerias, explorando novas oportunidades e projetando no exterior as novas realidades que estamos construindo no Brasil. Nossa inserção internacional é um instrumento do nosso desenvolvimento; ela se traduz em mais comércio, mais investimentos, mais negócios, maior coordenação com nossos sócios, maior competitividade para a nossa economia.

O interesse pelo Oriente Médio constitui um dos pilares da nossa atuação diplomática junto aos parceiros em desenvolvimento e razão para que acompanhem com atenção permanente a evolução política naquela área do globo. E vemos que é cada vez maior e mais concreta a perspectiva de instauração de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, baseada no cumprimento das resoluções pertinentes das Nações Unidas e na vontade política dos povos e Governos da região.

O Brasil é hoje uma democracia consolidada; a economia se estabilizou e cresce de modo consistente. Engajados em nosso processo de integração regional, desejamos assumir um papel mais ativo nas relações internacionais, que corresponda mais estreitamente à extensão de nossas parcerias, à diversidade da nossa presença global e aos interesses concretos que desenvolvemos a partir dessa presença.

Temos procurado ampliar nossa contribuição aos diferentes processos de paz que se desenvolvem no mundo. Estivemos presentes no Marrocos, quando da Conferência da Cúpula de Casablanca, e estamos participando da Força de Paz em Angola, com um contingente de mais de 1.100 homens, entre outras iniciativas diplomáticas ligadas ao desenvolvimento, à paz e à segurança internacionais.

Temos adotado medidas e assumido compromissos na área de não-proliferação nuclear, missilística e de armas de destruição em massa.

Temos empenhado esforços na manutenção da paz e na consolidação da democracia no Continente, procurando contribuir para que nada afaste os povos latino-americanos do caminho do desenvolvimento econômico e social e dos seus compromissos com os direitos civis e políticos.

Temos buscado mobilizar a atenção e a vontade política dos Governos para uma das questões centrais de um tempo de economia globalizada: a volatilidade dos capitais especulativos e os riscos que ela pode trazer não apenas a economias emergentes, mas também a economias já desenvolvidas.

É no contexto de sua maior presença internacional que o Brasil está pronto a assumir novas responsabilidades no processo decisório mundial. Consideramos que uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que efetivamente o revigore deverá garantir-lhe maior eficácia e legitimidade, através de uma composição que reflita as alterações ocorridas nas relações interna-

cionais desde os anos 50, as novas realidades de poder e a necessidade de um equilíbrio entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento.

A notícia da pacificação do Líbano e de sua retomada do desenvolvimento e do progresso material chegou com força até nós. O Governo e o povo brasileiro acompanham com satisfação a evolução positiva na situação interna do Líbano e seu retorno pleno à convivência internacional.

Nossas relações tiveram sempre dois componentes fundamentais — o componente humano, que nunca se alterou, e o componente empresarial, que, é forçoso reconhecer, sofreu o impacto dos embates internos em que o Líbano mergulhou.

Hoje, esse componente retorna com vigor. Vivemos, em cada um de nossos países, momentos particulares de reconstrução e retomada do desenvolvimento. As oportunidades se multiplicam, a confiança dos agentes econômicos se fortalece. Nunca foram tão propícias as perspectivas de intercâmbio e participação recíproca no desenvolvimento do parceiro.

Estamos dando um salto qualitativo em nossas relações, muito além da afetividade e da amizade que une os dois países. Vossa Excelência, os membros de sua comitiva e a missão empresarial que coincide com esta visita certamente terão a oportunidade de conhecer e discutir, com autoridades e representantes do empresariado brasileiro, as oportunidades que se abrem para negócios e investimentos recíprocos.

O próximo restabelecimento da ligação aérea direta, viva aspiração da comunidade libanesa no Brasil, dará novo dinamismo à nossa interação.

Temos muito a fazer em outros campos da cooperação bilateral e buscaremos uma atualização do quadro jurídico que rege nossas relações.

Também temos um campo importante a explorar no diálogo político, que nos pode ajudar na compreensão dos temas e desafios que se apresentam em cada uma das nossas respectivas regiões, bem como na coordenação em torno de tópicos de interesse comum na agenda internacional.

Senhor Presidente do Conselho,

O Brasil quer ser para o Líbano uma porta aberta nas Américas, da mesma forma que vê no Líbano um vínculo de aproximação com o Oriente Médio.

Estou certo de que sua visita representa, mais do que uma histórica retomada dos contatos no mais alto nível entre o Líbano e o Brasil, um impulso decisivo para que procedamos a este inadiável relançamento das nossas relações, em bases concretas e adequadas aos novos tempos que nossos países estão vivendo.

Muito obrigado.

XVIII

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido ao Senhor Presidente da
República Oriental do Uruguai,
Julio María Sanguinetti.
Brasília, 20 de junho de 1995.

Em nome do Governo e do povo brasileiro, quero dar-lhe as boas-vindas e expressar a satisfação com que recebemos a sua visita a Brasília.

Sua presença entre nós, na primeira viagem que faz ao exterior depois de sua posse, vem reforçar ainda mais a sólida amizade que une brasileiros e uruguaios, além de atestar a densidade crescente das relações entre nossos dois países.

A delegação que o acompanha, representando os três poderes da República e as forças políticas e sociais do Uruguai, é motivo de honra para nós, e dá elevado sentido político ao nosso reencontro.

O povo brasileiro reconhece em Vossa Excelência, Presidente Sanguinetti, um Estadista de projeção na América do Sul e um grande amigo do Brasil.

Recordamos com admiração o importante papel que desempenhou, durante seu primeiro período de Governo, de arquiteto da transição democrática uruguaia e de promotor das relações bilaterais.

Reconduzido à Presidência da República pela vontade democrática do povo uruguaio, cabe-lhe agora a tarefa de guiar os destinos de seu país em uma fase decisiva do processo de integração regional, com a consolidação do MERCOSUL.

Senhor Presidente,

O Brasil e o Uruguai vêm tendo, ao longo da História, uma relação exemplar de amizade fraterna e construtiva.

O Uruguai é um parceiro político e econômico fundamental para o Brasil. Temos interesses comuns muito concretos, que se têm traduzido em iniciativas políticas, empreendimentos e negócios que afetam diretamente a vida dos nossos povos, especialmente ao longo da extensa faixa de fronteira comum.

Essas afinidades adquiriram significação ainda maior nos últimos anos pelo compromisso firme de nossos países na defesa da Democracia e no respeito aos direitos humanos.

Senhor Presidente,

Ao longo da linha de limites que o Brasil mantém com seus dez vizinhos na América do Sul, é justamente na região da fronteira com o Uruguai onde se mostra mais dinâmica a vida das comunidades.

Ali, no dia-a-dia, com disposição permanente de buscar soluções pacíficas mutuamente benéficas, brasileiros e uruguaios estão construindo uma verdadeira civilização da fronteira, patrimônio inestimável nas relações entre Estados soberanos.

Já conseguimos expressivos avanços nas áreas de cooperação técnica e ambiental, telecomunicações, interconexão energética e na implantação de sistemas aduaneiros integrados.

Cabe a nós, Presidente Sanguinetti, fomentar ainda mais o aprimoramento de nossa ampla e diversificada cooperação.

Para tanto, dispomos não somente de marcos institucionais apropriados, mas, principalmente, de um diálogo político franco e de grande fluidez.

Temos, hoje, uma agenda positiva, na qual a busca de soluções criativas e proveitosas para ambos tem sido a tônica.

No plano econômico, o dinamismo de nossas relações pode ser avaliado pela intensidade dos contatos entre segmentos ativos

de nossos países, como as câmaras de comércio, os foros empresariais, as associações de classe e tantos outros.

Esse espírito de entendimento tem sido exemplar no sistema da Bacia do Prata. Para nós, a Hidrovia Paraná-Paraguai é um empreendimento significativo de cooperação regional e vital para a integração física e econômica dos países que compartilham a Bacia do Prata

Senhor Presidente,

Em agosto de 1986, em visita ao Brasil, Vossa Excelência falou do espírito de unidade que se estava forjando em nossa região e afirmou sua convicção de que os processos de integração e de democratização constituíam faces de uma mesma moeda.

Quase uma década depois, a pertinência e atualidade daquelas palavras permanecem intactas. Consolidou-se a ordem democrática em nossa região e estabeleceram-se as condições necessárias para um abrangente e irreversível projeto de integração sub-regional.

A implantação, em 1º de janeiro último, de uma União Aduaneira no âmbito do MERCOSUL é um marco no contexto dos processos regionais de integração que estão ocorrendo em todo o mundo.

Em apenas três anos e meio de negociações, com flexibilidade, pragmatismo e agilidade, estabelecemos processo maduro e confiável de integração, com capacidade crescente de atrair grandes investimentos.

O MERCOSUL é um dos projetos diplomáticos mais importantes da História do Brasil. Representa um passo decisivo para a modernização das relações internacionais na América do Sul.

Dificuldades pontuais de cada um de seus membros, em uma conjuntura internacional de desafios renovados em termos econô-

nicos, não podem servir jamais de pretexto para retrocessos no que já conseguimos com tanto esforço.

Agora, nossa principal tarefa é de consolidar esse extenso patrimônio, para darmos o salto decisivo rumo ao Mercado Comum, objetivo último do **Tratado de Assunção**.

O MERCOSUL habilita-nos a uma abertura enriquecedora às forças dinâmicas do cenário internacional, atuando como interlocutor dotado de unicidade e especificidade própria, projetando-se como ator de relevância crescente nas relações econômicas mundiais e como instrumento importante de política econômica e de política externa para cada um dos seus países-membros.

Por isso, o empenho dos quatro países sócios na conclusão de acordos de livre comércio com os demais parceiros sul-americanos; no aprofundamento dos laços econômico-comerciais com a União Européia; e na tarefa de construção de uma Área de Livre Comércio das Américas.

A diplomacia presidencial é hoje instrumento essencial no Cone Sul. Nada substitui nosso contato direto, Presidente Sanguinetti, quando questões de ajustes temporários parecem, às vezes, indicar pequenos desvios de rota no processo integracionista. Com diálogo, maturidade e flexibilidade, nenhum obstáculo é intransponível.

Para meu Governo, a bússola indica firme o rumo a seguir: O Mercado Comum do Sul é prioridade absoluta do Brasil.

Parceiros no MERCOSUL, no Grupo do Rio e no sistema da Bacia do Prata, nossos países continuarão a buscar, juntos, a democratização das relações internacionais, o aperfeiçoamento das instituições multilaterais, a consolidação da integração regional, o fortalecimento crescente das suas relações bilaterais, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de seus povos.

É com esse sentimento que eu convido todos os presentes a brindarem pela continuada prosperidade da Nação uruguaia, pelas fraternas e intensas relações que unem nossos povos, pelo futuro do MERCOSUL e da integração regional, pelo êxito crescente do Governo de Vossa Excelência e da Senhora Sanguinetti.

Muito obrigado.

XIX Mensagem do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, no transcurso
do 50º aniversário da Carta da ONU.
Brasília, 26 de junho de 1995.

No dia 26 de junho, o mundo inteiro está comemorando os 50 anos das Nações Unidas, da ONU. As Nações Unidas se constituíram num momento importante da história da humanidade. Depois de uma guerra cruel, depois que cerca de 17 milhões de pessoas morreram, houve uma decisão, dos que venceram a guerra, que era o momento de criar uma Organização que fosse capaz de unir os povos todos, para assegurar a paz e a prosperidade.

É certo que as Nações Unidas sofreram os seus percalços, porque logo em seguida a questão da Guerra Fria levou à confrontação entre os dois blocos e isso, de alguma maneira, prejudicou os trabalhos das Nações Unidas. No Conselho de Segurança, que é o órgão máximo das Nações Unidas para a Assembléia Geral, havia o poder de veto, em que as duas superpotências tinham capacidade de paralisar ações que não lhes interessavam. Mesmo assim, a ONU cumpriu uma parte importante do seu trabalho, no desenvolvimento entre os povos, na ação social, na ação econômica, na descolonização da África e da Ásia. A despeito de tudo, nós vimos a ONU atuando fortemente.

Agora, que já não temos mais uma situação de dois blocos rivais, abre-se um novo caminho para a paz universal, e novas tarefas para as Nações Unidas, mais solidárias, que vão implicar numa diminuição de diferenças entre o Norte e o Sul do mundo. Enfim, um período em que nós vamos ver a possibilidade total de as Nações Unidas atuarem, não só para a paz, mas para a prosperidade entre os povos.

Certamente vamos cogitar de algumas modificações na estrutura das Nações Unidas. Eventualmente, algumas transformações no Conselho de Segurança, ampliando sua legitimidade, com mais participantes. Uma ONU mais ativa, no que diz respeito ao combate à fome, à miséria. Sempre solidária. E o Brasil estará disposto, como sempre esteve, a cooperar em todas essas faces das Nações Unidas.

Qualquer que venha a ser a posição do Brasil no futuro, no marco das Nações Unidas, elas poderão contar com o nosso apoio, com a nossa ação, sempre que formos chamados. Ainda recentemente, nas lutas na Europa, na antiga Iugoslávia, nós assistimos à presença de brasileiros. Dois deles foram tomados como reféns e se portaram bravamente, com alto espírito de compreensão do momento que estavam vivendo, e hoje já estão libertos.

De tal maneira que o Brasil está ciente das suas responsabilidades, mas, sobretudo, está com a convicção de que as Nações Unidas têm agora um futuro ainda melhor. E é para esse futuro melhor que todos os povos devem trabalhar. E o povo brasileiro, certamente, será solidário nesse esforço.

XX

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido ao Senhor Presidente da
República Italiana, Oscar Luigi Scálfaro.
Brasília, 26 de junho de 1995.**

Em nome do governo e do povo brasileiro, quero mais uma vez expressar a satisfação com que recebemos sua visita.

Quero saudar também a presença de sua filha Mariana, que nos dá a honra de acompanhá-lo.

O Brasil recebe Vossa Excelência e sua comitiva com o mesmo afeto e admiração com que acolheu, ao longo da história, o grande número de imigrantes italianos que tão generosamente compartilharam conosco o seu trabalho, a sua criatividade, a sua sensibilidade e o seu modo de ser e de pensar.

A Itália é, para muitos brasileiros, uma segunda pátria, uma referência essencial para nossa identidade.

O Brasil do século XX deve parte da sua riqueza material e espiritual ao esforço de italianos e de seus descendentes.

Os vínculos de sangue que unem brasileiros a italianos constituem um patrimônio inestimável: nada pode ser mais sólido e duradouro nas relações entre dois Estados do que o traço humano da identidade entre dois povos.

O Brasil orgulha-se da genialidade de tantos artistas plásticos, músicos e intelectuais que trazem em seus nomes — Portinari, Volpi, Anita Malfatti, Pancetti, Menotti Del Picchia — a herança imortal italiana, que elevou nossas artes e o nosso pensamento a patamares universais.

De nossa parte, procuramos retribuir participando com 25 mil soldados na libertação da Itália na Segunda Guerra.

A campanha da Força Expedicionária Brasileira em solo italiano, onde tomaram com heroísmo muitos de nossos soldados, é motivo de orgulho para todos nós e símbolo histórico da luta pela liberdade e pelos ideais democráticos.

A Itália é, hoje, um país dinâmico e moderno, que participa com ativismo construtivo dos principais foros políticos e econômicos mundiais.

Brasil e Itália têm uma extensa lista de valores, projetos e desafios comuns que nos levam a uma convergência construtiva.

Recentemente, acrescentamos outro tema a nossas agendas: a preocupação com os efeitos adversos que a volatilidade dos capitais especulativos internacionais pode ter sobre as economias emergentes, e mesmo sobre as mais vigorosas.

Para o Brasil, que se estabiliza economicamente, retoma seu crescimento econômico com mais justiça e se abre ao mundo em busca de mais competitividade e participação, a Itália mostra caminhos de renovação e um projeto de reformas que acompanhamos com interesse e atenção.

Senhor Presidente,

O Brasil que Vossa Excelência visita passa por transformações profundas, que haverão de ter um impacto sobre o perfil do relacionamento com nossos principais parceiros internacionais.

O prosseguimento das reformas estruturais deve garantir as condições necessárias para a sustentação de nosso plano econômico, no longo prazo, ainda que sejam precisas medidas temporárias e setoriais de correção, que revelam prudência: jamais qualquer ânimo de reversão.

O Brasil voltou a ser um dos principais pólos de atração de investimentos entre as economias emergentes.

O êxito que vem sendo obtido pelas empresas italianas instaladas no País comprova que investir no Brasil é um bom negócio e que as oportunidades para novos empreendimentos vão se multiplicar com a retomada do crescimento.

O processo de integração no MERCOSUL caminha com firmeza, dentro da flexibilidade e do pragmatismo que o inspiram. E a aproximação com a União Européia é um desdobramento muito importante para esta iniciativa.

A Itália já é nosso sexto mercado individual e também sexto investidor no Brasil, com a perspectiva de melhorar ainda mais essa posição a curto prazo. Temos projetos conjuntos de grande amplitude, como o avião subsônico AMX.

Os agentes econômicos de ambos os países estão cada vez mais conscientes de que também lhes cabe um papel no aprofundamento de nossas relações, que permita mais contatos e empreendimentos conjuntos, inclusive em terceiros países.

Em sua recente visita ao Brasil, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Itália, Susanna Agnelli, antecipou-nos o projeto italiano de ter um papel mais central nas relações entre a Europa e a América Latina.

A vocação da Itália para ter esse papel é natural: ela decorre não apenas dos laços humanos que ligam o seu país a muitos países latino-americanos — e em especial ao Brasil —, mas também da experiência que os italianos já acumularam ao participar, com investimentos diretos, dos esforços de desenvolvimento deste Continente.

É chegado, assim, o tempo de uma parceria renovada, para a qual estamos preparados de um e de outro lado do Atlântico.

Desta visita, Vossa Excelência levará certamente um testemunho sobre a pujança do Brasil e sobre o nosso desejo de ampliar a parceria com a Itália.

Levará também a recordação da amizade e do afeto que os brasileiros, com parte do seu sangue e do seu sentimento, devotam aos italianos.

Com esse espírito, peço a todos que me acompanhem em uma brinde à grandeza da Itália, à continuada prosperidade do povo italiano, à amizade fraterna e crescente que nos une, ao futuro das nossas relações e à sua saúde e felicidade pessoais.

Muito obrigado.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1995, COM UMA TIRAGEM
DE 2.000 EXEMPLARES

